

GUILHERME DE ROSE SANTOS

**A POLÍTICA EXTERNA AFRICANA E A COOPERAÇÃO TÉCNICA
ENTRE BRASIL E ÁFRICA NO GOVERNO LULA**

Trabalho de Conclusão de Curso de
Relações Internacionais para a Universidade
de Brasília, apresentado como requisito
parcial à obtenção do título de Especialista
em Relações Internacionais

**BRASÍLIA
2011**

GUILHERME DE ROSE SANTOS

**A POLÍTICA EXTERNA AFRICANA E A COOPERAÇÃO TÉCNICA
ENTRE BRASIL E ÁFRICA NO GOVERNO LULA**

Trabalho de Conclusão de Curso de
Relações Internacionais para a Universidade
de Brasília, apresentado como requisito
parcial à obtenção do título de Especialista
em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr^a Cristina Yumie Aoki
Inoue

BRASÍLIA
2010

RESUMO

O presente trabalho é um estudo da política africana do Brasil, durante o governo Lula (2003-2010), com enfoque nas ações de Cooperação Técnica com os países da África coordenadas pela Agência Brasileira de Cooperação - ABC. O estudo examina as principais iniciativas do referido governo em relação ao continente africano, notadamente no âmbito da Cooperação Sul-Sul. Com base no histórico do relacionamento bilateral Brasil-África, bem como do processo de institucionalização da cooperação na política externa brasileira, o estudo conclui que o governo Lula representa um “turning point” não só para a política africana, como também, no que toca à inserção internacional do Brasil como doador de cooperação técnica internacional.

ABSTRACT

This is a study of Brazilian politics toward Africa during the Lula administration (2003-2010), focusing on actions of International Technical Cooperation with the African countries coordinated by the Brazilian Cooperation Agency – ABC. The study examines the main initiatives of this government in relation to the African continent, especially regarding South-South Cooperation. Based on the history of the bilateral relationship between Brazil and Africa and also on the process of institutionalization of cooperation in Brazilian foreign policy, the study concludes that Lula government represents a turning point not only to Brazilian policy toward Africa, but also regarding the international projection of Brazil as a donor of international technical cooperation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: TERMINOLOGIAS, EVOLUÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	9
1.1. Principais terminologias de cooperação	9
1.1.1. Classificação quanto à concepção de cooperação	9
1.1.2. Classificação quanto aos agentes envolvidos.....	10
1.1.3. Classificações quanto ao arranjo dos agentes	11
1.1.4. Classificação quanto às modalidades de cooperação	11
1.2. Evolução histórica da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID).....	12
1.3. Breve histórico sobre a emergência do Sul econômico e a cooperação Sul-Sul	17
1.4. Institucionalização da Cooperação Técnica para o Desenvolvimento (CTPD) como política pública brasileira.....	19
1.4.1. Estruturação de um sistema interno de cooperação – de 1969 ao início dos anos 80	20
1.4.2. Retração da Cooperação Internacional – 1981-87	21
1.4.3. A Modificação do Quadro Institucional – 1987 aos dias atuais.....	22
2. A POLÍTICA EXTERNA AFRICANA (1822-2002).....	25
2.1. Histórico das Relações Brasil e África: Do vínculo escravista ao Governo Fernando Henrique Cardoso.	25
2.1.1. Relacionamento inicial decorrente do vínculo escravista.....	25
2.1.2. Relacionamento Brasil e África no século XX até o Governo Juscelino Kubitschek	26
2.1.3. Política Externa Independente (PEI)	26
2.1.4. Política Externa Africana durante o Regime Militar: Governos Castello, Costa e Silva e Médici.	27
2.1.5. Política Externa Africana durante o Regime Militar: Governos Geisel e Figueiredo.	29
2.1.6. Política Externa Africana durante a “Nova República”	31
3. A POLÍTICA EXTERNA AFRICANA E A COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E ÁFRICA NO GOVERNO LULA (2003-2010).	35
3.1. A Política Externa Africana no Governo Lula	35
3.2. A Cooperação Técnica entre Brasil e África na Era Lula.....	41
3.2.1. Análise do Catálogo 2010 da ABC.	43
3.2.2. Principais Áreas de Atuação da CTPD da ABC.	45
3.3. Cooperação e Interesses Político-Econômicos Brasileiros	49
CONCLUSÃO.....	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	53
ANEXOS	55
A. Viagens de Lula à África	55
B. Levantamento de projetos de CTPD (catálogo ABC 2010) com dados 2011 da Freedom House:	56

- ABC – Agência Brasileira de Cooperação
- AGNU – Assembleia Geral das Nações Unidas.
- AOD – Ajuda Oficial ao Desenvolvimento
- ASA – Cúpula América do Sul-África
- ASPA – Cúpula América do Sul-Países Árabes
- BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.
- CACD – Concurso de Admissão à Carreira Diplomática
- CAD – Comitê de Assistência ao Desenvolvimento
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- Cepal – Comissão Econômica para a América Latina.
- CID – Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- Cnumad – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.
- CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas
- CTI – Cooperação Técnica Internacional.
- CTPD – Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento
- DAF – Divisão de África
- Dcopt – Divisão de Cooperação Técnica
- DCT – Departamento de Cooperação, Científica, Técnica e Tecnológica
- Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
- FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
- Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- Fnuap – Fundo das Nações Unidas para Atividades de População
- Funag – Fundação Alexandre de Gusmão
- GAD – Grupo de Assistência ao Desenvolvimento
- IILP – Instituto Internacional de Língua Portuguesa
- JICA – Agência de Cooperação Internacional do Japão.
- Mercosul – Mercado Comum do Sul
- MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
- MRE – Ministério das Relações Exteriores
- OCDE – Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento
- OCEE – Organização para a Cooperação Econômica Europeia
- OEA – Organização dos Estados Americanos
- OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
- OIT – Organização Internacional do Trabalho
- ONU – Organização das Nações Unidas
- ONUMOZ – Operação das Nações Unidas em Moçambique
- OTAS – Organização do Tratado do Atlântico Sul
- PABA – Plano de Ação de Buenos Aires
- PALOPS – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
- PEB – Política Externa Brasileira
- PEC – Programas de Estudantes Convênio
- PEI – Política Externa Independente
- PNDs - Planos Nacionais de Desenvolvimento
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- SACU – Southern African Customs Union – União Aduaneira da África Austral
- Seain – Secretaria de Assuntos Internacionais
- Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- Seplan – Secretaria de Planejamento da Presidência da República
- Seppir – Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial
- Serpro – Serviço Federal de Processamento de Dados
- SICD – Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento
- Subin – Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional
- UA – União Africana
- UNAVEM – Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola
- Unctad – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.
- UNDCP – Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas
- Unicef - Fundo das Nações Unidas para a Infância
- UNICPLP – Universidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa
- Unido – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
- Unifem – Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Mulher
- UNODC – Escritório das Nações Unidas contra as Drogas e Crimes
- Zopacas – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como escopo central identificar e analisar as principais linhas de atuação da política africana do Brasil no governo Lula (2003-2010), bem como os mais emblemáticos projetos da cooperação técnica brasileira na África. O trabalho justifica-se porque, no referido governo, o país engajou-se em inúmeras iniciativas na África, ao mesmo tempo em que fomentou a cooperação Sul-Sul em diferentes dimensões de sua política externa e nas mais diversas áreas de atuação.

O governo Lula foi apontado como marco do relançamento da política africana no Brasil. Com efeito, a África foi imediatamente definida como uma das prioridades da política externa nacional, sendo citada desde o discurso de posse do presidente. Essa redefinição de prioridades foi bem vinda pelos governos africanos, o que conferiu novo ímpeto ao relacionamento bilateral.

A nova política externa para a África caracterizou-se por forte diplomacia presidencial, o que favorece o recebimento de demandas de cooperação técnica e o estreitamento de laços políticos, econômicos e comerciais. A expansão das legações brasileiras no continente africano, assim como a abertura de novas representações diplomáticas africanas em Brasília, também são conseqüências diretas desse reencontro brasileiro com a África.

Segundo o discurso oficial, a cooperação Sul-Sul preconizada pelo Brasil difere da cooperação Norte-Sul por seu caráter solidário. Sua atuação ocorre em resposta à demanda do país interessado e pressupõe a não interferência nos assuntos internos do país receptor. Outra característica da cooperação horizontal é que ela seria desprovida de fins lucrativos.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a política externa africana do governo Lula (2003-2010) com enfoque na Cooperação Sul-Sul, a fim de esclarecer as diversas frentes de atuação do Brasil na África com vistas a fomentar o desenvolvimento desse continente.

Os objetivos específicos deste trabalho são:

- Examinar a política externa africana ao longo da história da política exterior brasileira;
- Resgatar o histórico da cooperação para o desenvolvimento e os conceitos fundamentais relacionados ao tema;

- Traçar o processo de institucionalização da cooperação na política externa brasileira;
- Mapear as principais áreas de atuação da cooperação técnica brasileira, bem como os países mais beneficiados, com base no catálogo da Agência Brasileira de Cooperação (ABC): A Cooperação Técnica do Brasil para a África;
- Inferir acerca do perfil dos Estados africanos beneficiados, com base no mesmo catálogo da ABC;
- Relacionar a cooperação e a política africana com possíveis interesses econômicos brasileiros;

Os dados a serem utilizados na análise foram levantados em dois contextos: a) pesquisa bibliográfica; b) pesquisa documental. A abordagem é descritiva e recorre tanto à análise qualitativa como à análise quantitativa.

O primeiro capítulo é sobretudo conceitual e versa sobre as principais terminologias na área de cooperação, além de traçar a evolução da cooperação no cenário global e o processo de institucionalização da cooperação na política externa brasileira.

O segundo capítulo trata do relacionamento bilateral entre Brasil e África e seus principais marcos, desde o primeiro contato – em decorrência do vínculo escravista – até o Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Por fim, no terceiro capítulo será discutida a política externa africana no Governo Lula, considerada uma virada de página em relação aos demais mandatários, bem como as principais iniciativas no âmbito da cooperação técnica brasileira em relação à África. Propõe-se, ademais, uma breve discussão sobre o modelo de cooperação brasileiro e em que medida os projetos de cooperação Brasil-África se coadunam com os interesses econômicos do país.

1. A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: TERMINOLOGIAS, EVOLUÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

1.1. Principais terminologias de cooperação

Hodiernamente, coexistem diversos conceitos no campo da cooperação. Em vista disso, faz-se necessário um breve intróito sobre as diferentes terminologias nessa seara. Com intuito de facilitar a exposição desses termos, optou-se, neste trabalho, por classificá-los de acordo com as seguintes categorias : 1) quanto à concepção de cooperação; 2) quanto aos agentes; 3) quanto ao arranjo desses agentes; 4) quanto às modalidades de cooperação.

1.1.1. Classificação quanto à concepção de cooperação

No que se refere à concepção de cooperação, a cooperação internacional pode ser classificada em Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD), ou Cooperação para o Desenvolvimento.

Podem-se destacar duas concepções principais para o termo cooperação. De um lado, a interpretação tradicional de cooperação como “ajuda”, “assistência” a países menos desenvolvidos. De outro, a visão mais moderna de cooperação como meio de intercâmbio de conhecimentos e tecnologias entre doadores e receptores, com vistas a fomentar o desenvolvimento no país receptor (Inoue & Apostova: 1995). Grosso modo, o termo Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD) faz referência à percepção tradicional de cooperação, ao passo que a expressão Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) diz respeito à linha de interpretação mais recente para esse termo.

A Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD) corresponde à ajuda financeira, ou à Cooperação Técnica, concedida aos países em desenvolvimento com o intuito de fomentar o desenvolvimento social e econômico desses países. Como será explicado mais tarde, por conter a palavra “oficial”, a AOD é, necessariamente, concedida pelo setor público (governos dos Estados doadores) ou organizações internacionais, o que exclui recursos de origem privada. Além disso, a AOD não inclui ajuda humanitária (de caráter emergencial e localizado) nem ajuda para fins militares (Lopes: 2008).

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), assim como a AOD, pressupõe deslocamento de recursos públicos, ou a prestação de cooperação técnica, por

parte de Estados ou Organizações Internacionais, a fim de fomentar o desenvolvimento sócio-econômico do país receptor. De maneira análoga, A CID também não contempla a ajuda humanitária nem militar (Lopes: 2008).

O uso do termo Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) é, atualmente, preferível à expressão AOD. O presente trabalho adotará apenas o termo CID, uma vez que a palavra “ajuda” sugere, por si só, a existência de um grande desnível entre as partes, em que o receptor atuaria apenas como pólo passivo. Em contrapartida, a substituição pelo termo “cooperação” já denota um processo menos verticalizado, em que países doadores e receptores atuam conjuntamente na sua execução.

1.1.2. Classificação quanto aos agentes envolvidos

No que toca aos agentes envolvidos, a cooperação internacional pode ser classificada em cooperação Norte-Sul, cooperação Sul-Sul, ou mais recentemente, cooperação triangular. Essa proposta de classificação leva em conta, principalmente, o posicionamento desses atores na geografia econômica internacional.

A cooperação Norte-Sul, também chamada de vertical, é prestada pelos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento. Trata-se do modelo original de CID. Como veremos adiante, os doadores tradicionais estão agrupados, hodiernamente, no Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para A Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e seguem marco normativo específico.

A cooperação Sul-Sul, também chamada de horizontal ou cooperação entre países em desenvolvimento, é prestada por países em desenvolvimento a países de menor desenvolvimento relativo. Trata-se de um modelo de cooperação posterior ao Norte-Sul, sendo que os novos doadores não se encontram agrupados no seio de nenhuma organização internacional nem seguem marco normativo específico. Em geral, os prestadores desse tipo de cooperação são países emergentes do Sul econômico, como o Brasil, a China, a Índia e a África do Sul

A cooperação triangular, ou triangulação vem somar esforço à cooperação Norte-Sul e à cooperação Sul-Sul. Como o nome sugere, a triangulação conta com três atores: dois doadores e um receptor (Lopes: 2008). Tradicionalmente, esse modelo de cooperação resulta da parceria entre um país desenvolvido e um país emergente em prol de um terceiro

país. Nesse sentido, o Estado emergente fornece tecnologia para a cooperação, ao passo que o Estado desenvolvido arca com o financiamento do projeto. Entretanto, atualmente, é de se notar iniciativas de triangulação sem a presença de um país desenvolvido. Este é o caso do projeto de cooperação triangular levado a cabo por Argentina e Brasil com o objetivo fomentar o desenvolvimento no Haiti¹. Apesar de almejar o benefício de um só país, a cooperação triangular oferece oportunidade de aprendizagem para todos os países envolvidos.

1.1.3. Classificações quanto ao arranjo dos agentes

A cooperação internacional pode ser subdividida em cooperação interinstitucional e cooperação oficial, conforme o arranjo dos agentes.

A cooperação interinstitucional é resultante de um convênio entre instituições públicas e/ou privadas – universidades, centros de pesquisas, empresas, organizações não governamentais – de países diferentes, mas não é necessário que haja qualquer coordenação por parte do governo desses Estados. Já a cooperação oficial é resultante de acordos internacionais entre dois Estados (cooperação bilateral), ou entre determinado Estado com organismos internacionais (cooperação multilateral). (Inoue & Apostolova: 1995)

1.1.4. Classificação quanto às modalidades de cooperação

Os projetos de cooperação podem ser divididos em diversas modalidades, como cooperação técnica, cooperação científico-tecnológica ou cooperação financeira.

A cooperação técnica está relacionada à construção de capacidades. Caracteriza-se pela transferência de know-how e o repasse de técnicas consolidadas do país prestador para o país receptor; mas também, em um menor grau, do país receptor para o prestador². Os projetos de cooperação técnica têm por objetivo exercer um impacto imediato no setor favorecido, a fim de contribuir para o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do país beneficiário (Inoue & Apostolova: 1995).

¹ O memorando de entendimento entre Brasil e Argentina para o desenvolvimento de ações conjuntas de cooperação técnica em prol do Haiti é exemplo dessa transformação no modelo de cooperação triangular. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_argt_417_5758.htm> (último acesso fevereiro de 2011).

² Considera-se com essa ressalva que o país receptor não é um pólo passivo, sem nada para contribuir com o(s) país(es) doador(es). Muito pelo contrário, existe um intercâmbio de experiências e informações no âmbito da cooperação.

A cooperação científica preconiza o intercâmbio de conhecimentos e experiências entre cientistas nacionais e estrangeiros ou pesquisadores nacionais e estrangeiros; assim como, o acesso a pesquisas e informações científicas disponíveis em instituições estrangeiras. Os projetos de cooperação científica objetivam a produção e o compartilhamento de novos conhecimentos entre países doadores e receptores. A cooperação tecnológica, à sua vez, compreende a transferência de tecnologia e visa conferir autonomia futura ao país receptor. Geralmente, há um viés mercadológico nos projetos de cooperação tecnológico (Inoue & Apostolova: 1995).

A cooperação financeira visa à implementação de projetos de desenvolvimento, por meio de empréstimos, empréstimos concessionais (com juros abaixo do mercado e com prazos alongados), ou transferências unilaterais (doações). Os projetos de cooperação financeira podem ser oriundos de agências de governo – cooperação bilateral – ou organismos financeiros internacionais – cooperação multilateral (Inoue & Apostolova: 1995).

1.2. Evolução histórica da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID)

A cooperação internacional para o desenvolvimento foi incorporada de maneira assertiva pela política externa dos Estados após a Segunda Guerra Mundial, com o intuito de auxiliar a reconstrução dos países europeus devastados pela guerra e o restabelecimento de suas economias. Nesse sentido, uma das mais notórias iniciativas foi o lançamento do Plano Marshall (1947) pelos Estados Unidos, a fim de reconstruir a Europa ocidental (Lopes: 2008).

O Plano Marshall, concebido na fase de institucionalização da Guerra Fria, teve importância estratégica para Washington, na medida em que serviu não só para alijar a ideologia rival do ocidente europeu, como também para assegurar mercados para os bens e serviços estadunidenses. Foi, sem dúvida, um plano de cooperação para o desenvolvimento exitoso, visto que, os bilhões de dólares investidos pelos Estados Unidos foram cruciais para a recuperação e reconstrução europeia (Lopes: 2008).

Além disso, houve, no imediato pós-guerra, a conformação de mecanismos multilaterais de cooperação internacional, como a criação da Organização para a Cooperação Econômica Europeia (OCEE), para gerir os recursos do Plano Marshall, e de agências especializadas da Organização das Nações Unidas – ONU, como o Banco para a

Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e o Fundo Monetário Internacional – FMI (Inoue & Apostolova: 1995).

A Cooperação técnica internacional, uma das principais modalidades da cooperação para o desenvolvimento, foi oficialmente instituída pela Resolução nº200, de 1948, da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). Segundo essa resolução, a CTI tem por objetivo favorecer o progresso e o desenvolvimento econômico e social dos países pobres, através, principalmente, do envio de peritos e do treinamento de técnicos locais. O texto da resolução define ainda princípios gerais importantes para a CTI:

“(d) The technical assistance furnished shall: (i) not be a means of foreign economic and political interference in the internal affairs of the country concerned and not be accompanied by any considerations of a political nature; (ii) be given only to or through Governments; (iii) be designed to meet the needs of the country concerned; and (iv) be provided as far as possible in the form which that country desires; (v) be of high quality and technical competence;”³

É importante destacar que, à época, o uso da expressão “assistência técnica” (technical assistance) era recorrente, conforme denota o trecho da resolução acima; no entanto, com o advento da resolução 1383 da AGNU, em 1959, o vocábulo “assistência” foi substituído pelo termo “cooperação”, enfatizando os esforços simultâneos empreendidos pelas duas partes nesse processo. Tal alteração só foi possível graças ao aumento da pressão exercida pelos países do Sul, marginalizados no sistema bipolar da Guerra Fria. Mesmo assim, cumpre assinalar que, na década de 1950, a visão predominante de cooperação era a de ajuda para atenuar os efeitos da pobreza, em detrimento da idéia de capacitação técnica para o desenvolvimento.

Um importante avanço no âmbito da cooperação internacional Norte-Sul veio com a criação em 13 de janeiro de 1960 do Grupo de Assistência ao Desenvolvimento (GAD), como um foro de articulação e intercâmbio de experiências entre países doadores. Em 1961, quando a OCDE (Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento) sucede a OCEE, o GAD é incorporado à nova organização, mas transforma-se em CAD (Comitê de Assistência ao Desenvolvimento). Seus membros fundadores são: Alemanha, Bélgica, Canadá, Comissão da Comunidade Econômica Europeia, Estados Unidos, França,

³ Resolução da Assembleia Geral da ONU 200, 1948. Disponível em: [http://www.un.org/esa/rptc/docs/GA_resolution_200_\(III\)_4_12_1948_providing_more_precise_TOR.pdf](http://www.un.org/esa/rptc/docs/GA_resolution_200_(III)_4_12_1948_providing_more_precise_TOR.pdf) (último acesso em fevereiro/2011).

Holanda, Itália, Japão e Reino Unido⁴. Além disso, em 1965, é criado, no âmbito do sistema da ONU, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com objetivo de fomentar o desenvolvimento e erradicar a pobreza. Tanto o CAD/OCDE como o PNUD foram fundamentais para a conformação de um regime para a cooperação prestada pelos países desenvolvidos.

A década de 1960 foi denominada de “Década do Desenvolvimento” pela AGNU. Durante Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), os países do Sul defenderam o princípio da não reciprocidade no comércio internacional⁵ e criticaram o viés assistencialista dos programas de cooperação (Inoue & Apostolova:1995). Nesse contexto, os países receptores, em consonância com o paradigma desenvolvimentista vigente na América Latina⁶, consideravam a CTI como meio para obtenção de ciência e tecnologia; ao passo que, para os países prestadores, a CTI era uma possibilidade de garantir a sua presença no exterior, bem como de assegurar a defesa de interesses econômicos e ideológicos.

Diversas transformações no cenário internacional, ao longo das décadas de 1960 e 1970, desencadearam mudanças no Sistema Internacional de Cooperação e Desenvolvimento (SICD). Entre essas transformações, destacam-se a descolonização afro-asiática e a emergência do Terceiro Mundo como ator internacional. Em 1964, a formação do G-77 e a realização da I UNCTAD marcam a configuração do novo discurso terceiro-mundista. Nesse contexto, novas concepções de desenvolvimento também ganharam força

⁴ Mais informações sobre o GAD e o CAD no sítio da OCDE a seguir: <<http://www.oecd.org/dac/>> (último acesso: fevereiro de 2011).

⁵ Segundo o princípio da não reciprocidade, os países de menor desenvolvimento relativo devem gozar de vantagens no comércio internacional com os países desenvolvidos, apesar de não estarem aptos a retribuí-las. Essa é a lógica do Sistema Geral de Preferências.

⁶ Em seu livro *Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*, Amado Cervo define os paradigmas que orientaram a inserção internacional dos países latino-americanos desde os anos 1930. Nessa perspectiva, no âmbito do paradigma nacional-desenvolvimentista, o Estado toma para si a responsabilidade de organizar o sistema econômico. Como o próprio nome diz, tal paradigma objetiva o desenvolvimento e caracteriza-se, no campo político, pela autonomia decisória e a independência na formulação da sua política externa. O Estado desenvolvimentista tem como desígnio a afluência, a vontade de prosperar, mediante a modernização da sociedade e a industrialização.

no hemisfério Sul, como as teses defendidas pela CEPAL⁷, que criticavam a inserção dos países em desenvolvimento na economia global, como meros exportadores de *commodities*. Tudo isso levou ao surgimento de um novo modelo de cooperação, a Cooperação Sul-Sul. Sendo assim, a partir dos anos 1970, países do Sul econômico, recipiendários de cooperação internacional, tornaram-se também prestadores de cooperação internacional em outros países pobres do hemisfério. Era o início da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento – CTPD (Lopes:2008).

O marco inicial da CTPD deu-se em 1972, com a criação de uma unidade especial para esse tema no âmbito do PNUD, por meio de uma resolução da AGNU. Em 1978, 138 países participaram da Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica para o Desenvolvimento, em Buenos Aires, o que contribuiu para fortalecer o discurso da cooperação Sul-Sul no SICD. Esse encontro é considerado o início do diálogo em CTPD, na esfera multilateral e teve como resultado o Plano de Ação de Buenos Aires (PABA). Segundo o referido documento, o primeiro a tratar dessa modalidade de cooperação, a CTPD tem caráter complementar; ou seja; não visa substituir os programas de cooperação prestados pelos países desenvolvidos nem pelos organismos multilaterais, mas auxiliá-los:

“8. TCDC is neither an end in itself nor a substitute for technical co-operation with developed countries. Increased technical co-operation of the developed countries is required for the transfer of appropriate technologies and also for the transfer of advanced technologies and other expertise in which they have manifest advantages. Further contributions from the developed countries are required for the enhancement of technological capabilities of developing countries through support to relevant institutions in those countries. TCDC can serve the purpose of increasing the capacity of developing countries to adapt and absorb appropriate inputs from developed countries.”⁸

⁷ A criação da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) em 1948, no âmbito da ONU institucionaliza o diálogo em prol do desenvolvimento econômico da região. As contribuições de pensadores cepalinos latino-americanos, como R. Prebisch e C. Furtado, apontaram a deterioração dos termos de troca como a causa das mazelas econômicas da região. Considerando-se o preço relativo das exportações dos países periféricos (*commodities*) em relação às suas importações dos países centrais (manufaturas), conclui-se que cada vez mais é necessário exportar quantidades maiores de produtos primários para conseguir importar a mesma quantidade de bens manufaturados dos países ricos. O problema é que, ao contrário das manufaturas, os bens primários possuem demanda inelástica em relação à renda, o que torna o processo de aumento das exportações insustentável para os países pobres. A solução para a deterioração dos termos de trocas, segundo os mesmos teóricos, seria a industrialização por substituição de importações. O pensamento da CEPAL se coaduna com o do paradigma desenvolvimentista da inserção internacional latino-americana.

⁸ Plano de Ação de Buenos Aires (PABA). Special Unit for South-South Cooperation: United Nations Development Programme (UNDP), 1978. Documento disponível em <http://ssc.undp.org/ss-policy/policy-instruments/buenos-aires-plan-of-action/> (último acesso em fevereiro/2011).

Durante a década de 1980, houve um arrefecimento nas políticas de cooperação internacional, em decorrência, principalmente, da ascensão dos governos neoliberais de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e de Margareth Thatcher, no Reino Unido. Do ponto de vista do desenvolvimento, essa década ficou conhecida como “década perdida”.

Na década de 1990, a cooperação internacional para o desenvolvimento perde o caráter ideológico da ordem bipolar. Tal década ficou conhecida como “década social da ONU” ou “década das conferências”, na medida em que o tema da segurança deixou de monopolizar a agenda internacional em favor de novos temas, como meio ambiente, direitos humanos ou desenvolvimento social. No que tange ao desenvolvimento, os principais avanços ocorreram na Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente Desenvolvimento (CNUMAD), no Rio de Janeiro, em 1992 e na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Humano, em Copenhague em 1995. Enquanto a primeira consagra a idéia de desenvolvimento sustentável, fundamental no planejamento da cooperação internacional; a segunda foi responsável por alçar o desenvolvimento à categoria de direito humano

Em setembro do ano 2000, foi realizada a Cúpula do Milênio, na sede da ONU em Nova York. A Declaração do Milênio, documento final da cimeira, definiu oito metas globais mensuráveis a serem cumpridas até 2015, as chamadas metas do milênio⁹. São elas: 1) redução de 50 % no número de pessoas na miséria e com fome; 2) educação primária universal, sem distinção de gênero; 3) igualdade de direitos e participação entre homens e mulheres; 4) redução de 2/3 na mortalidade infantil (crianças até 5 anos de idade); 5) redução de 3/4 na mortalidade materna (durante o parto e período de aleitamento); 6) redução ou interrupção da propagação de doenças infecciosas, como a tuberculose, o HIV/AIDS e a malária; 7) propagação do desenvolvimento sustentável; 8) criação de uma aliança internacional em prol do desenvolvimento. Desde então, pelo menos na teoria, tais metas passariam a orientar as principais iniciativas de cooperação internacional.

Em 2002, a ONU organizou a Conferência Internacional sobre o Financiamento da Ajuda, no México. Esta cimeira teve como resultado o Consenso de Monterrey, que versava sobre o Financiamento para o Desenvolvimento. Um de seus importantes desdobramentos foi o estabelecimento pelo CAD/OCDE do Grupo de Trabalho sobre a Efetividade da

⁹ Mais informações sobre as metas do milênio no sítio: <http://www.un.org/millenniumgoals/> (último acesso/ fevereiro 2011).

Ajuda (Working Group on Aid Effectiveness), com o objetivo de melhorar a qualidade da ajuda prestada (Lopes:2008).

Em 2005, foi realizada em Paris o Fórum de Alto Nível sobre a Efetividade da Ajuda. Como resultado desse encontro, foi produzida a Declaração de Paris. O referido documento, endossado por mais de uma centena de nações, estabelece uma série de compromissos para os países doadores e receptores, individualmente, assim como compromissos conjuntos para as duas partes na cooperação internacional. Esses compromissos estão divididos em 5 princípios fundamentais para a efetividade da ajuda, quais sejam, apropriação (ownership), alinhamento (alignment), harmonização (harmonisation), gestão orientada para resultados (managing for results) e responsabilidade mútuas (mutual accountability).

Em 2008, com o objetivo de aprofundar e fortalecer a aplicação da Declaração de Paris foi negociado um novo documento, durante o III Fórum de Alto Nível sobre a Efetividade da Ajuda, realizado em Acra, Gana. Trata-se da Agenda de Ação de Acra (The Accra Agenda for Action - AAA). Segundo a AAA, é importante avançar com três áreas fundamentais, a saber, apropriação (ownership), parcerias inclusivas (inclusive partnership) e resultados oferecidos (delivering results). A Declaração de Paris e a AAA¹⁰ são os principais marcos normativos existentes no âmbito da cooperação, porém fazem parte do modelo de cooperação tradicional Norte-Sul¹¹.

1.3. Breve histórico sobre a emergência do Sul econômico e a cooperação Sul-Sul

O enfoque deste trabalho é sobre a Cooperação Sul-Sul prestada pelo Brasil aos países africanos. Sendo assim, faz-se necessário resgatar a origem do conceito de Sul econômico e a sua evolução através da história.

O conceito de Sul econômico está diretamente associado à periferia do sistema internacional. Apesar da analogia com o hemisfério meridional do globo, não é um conceito geográfico, visto que há nações do hemisfério Norte que integram o grupo de países do Sul, tal como a Índia, por exemplo. Tampouco se refere a países previamente colonizados, dado

¹⁰ A Declaração de Paris e a Agenda de Ação de Acra estão disponíveis em: <http://www.oecd.org/document/18/0,3343,en_2649_3236398_35401554_1_1_1_1,00.html> (último acesso em fev/2011).

¹¹ A evolução histórica da Cooperação para o Desenvolvimento foi tratada por diversos autores, ver: Cervo (1994); Inoue & Apostolova (1995); Lopes (2008).

que os Estados Unidos, ex-colônia britânica, fazem parte do grupo de países do Norte. O traço comum do Sul econômico é o subdesenvolvimento. Portanto, a conceito de Sul econômico nasce em oposição à existência de um Norte econômico, constituído por países desenvolvidos, industrializados. Por outro lado, o Sul não é um bloco monolítico, na medida em que cada nação apresenta suas singularidades, do ponto de vista sócio-econômico, político e cultural.

A descolonização afro-asiática no pós II Guerra Mundial é o marco da emergência do Sul econômico no âmbito das relações internacionais. Em busca de uma voz independente no cenário da Guerra Fria, os países periféricos começaram a se articular com a Conferência de Bandung (1955). Juntos, eles demandavam o desenvolvimento, a autodeterminação dos povos e o fim da bipolaridade. Mais tarde, gestaram o Movimento dos Países Não Alinhados (1961) em prol da independência e da soberania dos Estados, liderado por figuras políticas do Terceiro Mundo, como Josip Broz Tito (Iugoslávia), Jawaharlal Nehru (Índia), Gamal Abdel Nasser (Egito) e Sukarno (Indonésia). Em 1964, tem-se a criação do Grupo dos 77 (G-77), formado por 77 nações em desenvolvimento¹², durante a I UNCTAD, em Genebra. Tal coalizão visa defender os interesses econômicos coletivos dos países do Sul, principalmente no âmbito das Nações Unidas.

Segundo Gladys Lechini (2009), a Cooperação Sul-Sul emerge na década de 1970 como uma demonstração de solidariedade entre os países em desenvolvimento e uma forma de conferir maior grau de autonomia ao Sul econômico. A cooperação horizontal não só permite que esses países colaborem conjuntamente para solucionar dilemas comuns, com também fortalece a capacidade negociadora deles, em face do Norte econômico em temas como comércio, desenvolvimento ou a construção de uma nova ordem econômica internacional.

Conforme lembra Lechini (2009), o potencial da cooperação entre países periféricos pôde ser mensurado pelos desdobramentos do Choque do Petróleo de 1973, resultado de um cartel da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), que logrou abalar as economias centrais. Além disso, em 1974, a AGNU adotou a “Declaração de Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Mundial” (resolução 3201) e a “Carta de Direitos e Deveres dos Estados” (resolução 3281), com vistas a diminuir as disparidades

¹² Atualmente o G-77 conta com 131 membros. Ver: <http://www.g77.org/doc/members.html> (última visita fev/2011).

econômicas entre países em desenvolvimento e países industrializados. Essas iniciativas exitosas impulsionaram os países do Sul econômico a engajarem-se na construção de uma ordem internacional mais justa.

Na década de 80, merecem destaque as políticas de cooperação destinadas à solução de conflitos regionais, como o Consenso de Cartagena (1984)¹³, o Grupo de Contadora (1983) e o Grupo de Apoio a Contadora¹⁴. Já, na década de 90, houve um arrefecimento da Cooperação Sul-Sul, cujas principais causas são: o fim da Guerra Fria, a expansão da globalização, o avanço das políticas neoliberais e os graves problemas econômicos que os países em desenvolvimento enfrentavam, como o aumento da taxa de juros (Lechini: 2009).

Os anos 2000 trouxeram novo alento para a Cooperação Sul-Sul. Exemplos disso são, entre outros, a organização da Cúpula do Sul (2000), no âmbito do G77; a criação do Fórum IBAS (2003); a articulação do G20 comercial na OMC e a emergência dos BRICS (atual Bricsam). Entre os objetivos da cooperação horizontal, destacam-se fortalecer o relacionamento entre países periféricos e construir coalizões em foros multilaterais, a fim de aumentar o peso dessas nações nas negociações dos temas que lhe são favoráveis (Lechini:2009).

1.4. Institucionalização da Cooperação Técnica para o Desenvolvimento (CTPD) como política pública brasileira.

O Brasil inicia, de modo afirmativo, como doador em projetos de CTPD no fim da década de 60. Entretanto, o país já acumulava experiência de receptor desde muito antes. Um dos marcos da institucionalização da cooperação técnica na política externa brasileira é a criação de um órgão específico no Ministério das Relações Exteriores (MRE) para gerir a assistência técnica recebida pelo Brasil. Trata-se da Comissão Nacional de Assistência Técnica (CNAT). Tal órgão foi concebido em 1950, através do decreto nº28.799, durante a administração Dutra. Apesar de a CNAT ter como atribuição central acompanhar os

¹³ O Consenso de Cartagena, assinado na Colômbia em 1984, recomenda que os países da América Latina tratem de maneira concertada a questão da dívida externa.

¹⁴ O Grupo de Contadora foi gestado em 1983, como resposta às intervenções estadunidenses na América Central. Trata-se de uma coalizão de pacificação no continente, integrada por Colômbia, México, Panamá e Venezuela. Em 1985, surge o Grupo de Apoio a Contadora, formado por Argentina, Brasil, Uruguai e Peru. Mais tarde, uma fusão entre as duas coalizões propiciaria a conformação do Grupo do Rio (1986), fórum autônomo de discussão latino-americano, sem a presença dos Estados Unidos.

projetos de cooperação técnica recebidos pelo país, também era de sua alçada coordenar a a incipiente atuação do Brasil como doador de CTPD (Lopes:2008).

Segundo Inoue & Apostolova (1995), é possível identificar três períodos da política externa brasileira para cooperação, a saber: 1) de 1969 ao início dos anos 80 – estruturação de um sistema interno de cooperação; 2) de 1981 a 1987 – retração da cooperação internacional; 3) de 1987 aos dias atuais – modificação do quadro institucional interno com a criação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

1.4.1. Estruturação de um sistema interno de cooperação – de 1969 ao início dos anos 80

O decreto 65.479, de 21 de outubro de 1969, institucionaliza o Sistema Nacional de Cooperação Técnica. De acordo com o referido decreto, assinado pela junta militar que governou o país após o afastamento do presidente Costa e Silva, as competências para formulação, coordenação e execução da cooperação técnica seriam compartilhadas pela Secretária de Planejamento da Presidência da República (Seplan)¹⁵ e o MRE. No âmbito da Seplan, a Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (SUBIN) substituiu o CNAT e torna-se o órgão logístico do sistema. Já no âmbito do MRE, a Divisão de Cooperação Técnica (Dcopt) do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica (DCT) era o órgão político do sistema. Segundo esse sistema, os dois ministérios teriam de aprovar as solicitações de cooperação técnica. (Cervo, 1994)

A reformulação do quadro institucional da CTI visava integrar as iniciativas de cooperação aos planos nacionais de desenvolvimento (PNDs). Sendo assim, com o decreto 65.479, a política pública de cooperação torna-se vinculada ao sistema nacional de planejamento e às recomendações dos ministérios setoriais. Dessa maneira, a exigência de aprovação pelos dois ministérios (MRE e Seplan) tinha por objetivo ajustar a cooperação aos planos nacionais de desenvolvimento e, conseqüentemente aos objetivos e prioridades do país. Esse sistema contribuiu para melhorar os mecanismos de coordenação da cooperação internacional. À época, os PNDs estavam em sintonia ao paradigma nacional desenvolvimentista e ao modelo de substituição de exportação. (Inoue & Apostolova, 1995)

¹⁵ A Secretaria de Planejamento da Presidência da República tinha status de ministério e corresponde ao atual Ministério do Planejamento.

Além da Subin, no âmbito da Seplan, e da Dcopt, no âmbito do MRE, dois outros órgãos também atuavam no sistema nacional de cooperação. São eles a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Logo, inexistia um órgão exclusivamente responsável por zelar pela CTI no sistema nacional de cooperação técnica, uma vez que essa atividade era compartilhada por diversos órgãos do governo. (Lopes, 2005).

O aperfeiçoamento do sistema nacional de cooperação técnica, a partir do decreto de 1969, propiciou a estruturação de um programa de assistência técnica brasileira ao exterior. Este programa era desenvolvido por meio de negociações tanto na frente externa, como na frente interna. No plano externo, o Brasil negociava acordos com os países da África e da América Latina, defendia a importância da cooperação horizontal em foros multilaterais e angariava apoio do PNUD para os projetos de CTPD; ao passo que, no âmbito interno, instituições estaduais e federais colaboravam na prestação de assistência técnica. Dessa forma, em 1972-73, foram assinados acordos com a Bolívia, Colômbia e Venezuela e oito países da costa atlântica da África e, em 1974, foram assinados acordos com México, Chile, Peru e Gana. (Inoue & Apostolova, 1995)

Nos anos 70, o PNUD era a principal fonte multilateral da cooperação técnica prestada pelo Brasil, em termos quantitativos e qualitativos. E o Brasil, à sua vez, ocupava o quarto lugar entre os países mais beneficiados pelos programas de cooperação com o PNUD. Além do PNUD, destacam-se, nesse contexto o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o Fundo das Nações Unidas para Atividades de População (Fnuap) e a Organização dos Estados Americanos (OEA).

1.4.2. Retração da Cooperação Internacional – 1981-87

De acordo com Inoue & Apostolova (1995), o arrefecimento da CTI, no início dos anos 80, deu-se por duas razões principais, quais sejam, a insatisfação com os resultados pouco expressivos da “Década do Desenvolvimento” na África e o receio de que a transferência de tecnologia das nações desenvolvidas para os países em desenvolvimento pudessem prejudicar os países doadores no mercado internacional, ao criar novos competidores em determinado nicho de produção.

Nesse período também ganha destaque o “princípio da gradação”, segundo o qual o montante de ajuda internacional destinado a determinado país em desenvolvimento seria diretamente proporcional ao seu grau de pobreza. Dentro dessa lógica, por não ser considerado um dos países mais necessitados, o Brasil fica alijado das prioridades da cooperação multilateral e perde recursos importantes que poderiam alavancar o seu desenvolvimento. Em razão do tamanho do seu PIB, o país apresenta dificuldades para justificar possíveis demandas de cooperação a uma agência multilateral como o PNUD. Com efeito, os recursos destinados ao Brasil, ao longo dos anos 80, reduziram progressivamente, tanto do ponto de vista multilateral, como bilateral.

Por outro lado, durante esse período, o Brasil tornou-se o primeiro país a aportar recursos próprios para financiar programas de cooperação levados a cabo em seu território. O incremento da contrapartida brasileira (*cost-sharing*) – de um modo geral, os países receptores somente contribuía com infraestrutura e com técnicos dos órgãos públicos para a execução dos programas de cooperação do Pnud – denota o comprometimento do governo brasileiro com a implementação desses projetos. Para compensar a escassez de recursos externos, o Brasil chegou a arcar com 96% dos recursos dos projetos do PNUD. (Inoue & Apostolova, 1995).

Nos anos 1980, houve um crescimento da demanda da CTPD prestada pelo Brasil. De acordo com Cervo (1994), esse incremento pode ser explicado por dois fatores: 1) pelo apoio do PNUD a CTPD, um dos desdobramentos da Conferência de Buenos Aires de 1978; 2) pelos resultados positivos logrados pela cooperação técnica brasileira nos anos 70, que passou a ser elogiada por agências de CTI do Norte e agências demandantes de cooperação no Sul.

Em termos institucionais, vigorava ainda o sistema interministerial, gestado em 1969. A Subin manteve-se a cargo da CTI no âmbito interno, ao passo que, a Dcopt era responsável pelo CTI no âmbito externo. Entretanto, o quadro político foi alterado com a redemocratização

1.4.3. A Modificação do Quadro Institucional – 1987 aos dias atuais.

É somente a partir de setembro de 1987 que o sistema nacional de cooperação será dotado de um órgão central, encarregado de formular, gerenciar e controlar políticas de

CTI. Nesse ano, o decreto 94.973 concebe a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que acumula tanto as funções de coordenação interna como externa, que antes eram de competência da Subin e da Dcopt¹⁶, respectivamente. A agência nasce como um órgão específico da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG)(Inoue & Apostolova:1995). Entretanto, no ano de 1996, com o decreto 2.070, a ABC foi integrada à Secretaria-Geral do Ministério das Relações Exteriores, tornando-se órgão da Administração direto¹⁷.

A ABC desempenha suas atividades em contato direto com organismos da ONU, como o PNUD, Unicef, FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), Fnuap, Unido (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial), OIT (Organização Internacional do Trabalho), Unifem (Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Mulher), OMM (Organização Mundial de Meteorológica), UNDCP (Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas), entre outras.(Inoue & Apostolova: 1995).

Como reflexo da dupla personalidade do Brasil (doador e receptor), a competência da ABC engloba tanto a coordenação da cooperação técnica recebida, como a cooperação técnica prestada. A agência é subdividida em sete coordenações. São elas: 1) Coordenação Geral de Cooperação Técnica Recebida Bilateral – CGRB; 2) Coordenação Geral de Cooperação Técnica Recebida Multilateral – CGRM; 3) Coordenação Geral de Acompanhamento de Projetos e Planejamento Administrativo – CGAP; 4) Coordenação Geral de Cooperação em Saúde, Desenvolvimento Social, Educação e Formação Profissional; 5) Coordenação Geral de Cooperação em Agropecuária, Energia, Biocombustíveis e Meio Ambiente – CGMA; 6) Coordenação Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento – CGPD; 7) Coordenação Geral de Cooperação Prestada nas Áreas de Tecnologia de Informação, Governança Eletrônica, Defesa Civil, Urbanismo e Transporte.

Ao contrário do sistema interministerial, inaugurado em 1969, a conformação da ABC centraliza em um único ministério, o das Relações Exteriores, a incumbência de articular e negociar, no âmbito externo e interno, a CTI. A agência atua em sintonia à

¹⁶ Com a criação da ABC, pelo decreto 94.973, tanto a Subsecretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (Subin), como o Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica (Dcopt) foram extintos.

¹⁷ O histórico de institucionalização da ABC também se encontra no sítio: <<http://www.abc.gov.br/abc/historico.asp>> (último acesso em fevereiro de 2011).

política externa brasileira (PEB) estabelecida pelo MRE e às prioridades do desenvolvimento nacional, conforme os planos setoriais e os programas de governo. Logo, o seu objetivo é fomentar a CTI, relacionando as prioridades da PEB com as necessidades de desenvolvimento interno. Entretanto, cabe ressaltar que a ABC não é um órgão executor dos projetos de cooperação, ela trabalha apenas como interlocutor oficial do Brasil para essa temática junto às agências nacionais ou internacionais, receptoras ou prestadoras de cooperação. Entre as entidades brasileiras que atuam como executoras de CTPD, merecem destaque a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), a Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) e o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial).

No novo sistema institucional, estão previstas, igualmente, consultas aos órgãos setoriais, consoante à área temática da cooperação. Entre os mais consultados, destacam-se: o Ministério da Agricultura, o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde. Apesar de o foco da cooperação prestada pelo Brasil ser a CTI, há atualmente o crescimento da participação brasileira na cooperação científico-tecnológica, em que o país atua como parceiro em projetos de ciência e tecnologia. Assim, no atual organograma da cooperação brasileira, a CTI fica a cargo da ABC e do MRE; ao passo que a cooperação científica e tecnológica torna-se responsabilidade do Ministério da Ciência e da Tecnologia e de instituições de pesquisas, como o CNPq, a FINEP e a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior). Há ainda a cooperação financeira, que é exercida pela Secretaria de Assuntos Internacionais (Seain). (Vaz & Inoue: 2007).

2. A POLÍTICA EXTERNA AFRICANA (1822-2002)

2.1. Histórico das Relações Brasil e África: Do vínculo escravista ao Governo Fernando Henrique Cardoso.

2.1.1. Relacionamento inicial decorrente do vínculo escravista

O relacionamento do Brasil com a África data do século XVI (1538), quando os primeiros escravos africanos aportaram na América portuguesa. Este vínculo escravista marca o casamento do Brasil com a África, tendo o negro africano papel inequívoco na formação da sociedade brasileira e da sua identidade nacional, seja cultural, religiosa ou artística.

Como o relacionamento inicial com o continente africano era pautado no comércio de escravos, houve significativo distanciamento com a promulgação da Lei Eusébio de Queirós (1850), que pôs termo ao tráfico escravista. Além disso, à época, iniciava a expansão colonialista na África e o Brasil também privilegiou as relações com os países europeus em detrimento dos vínculos com o continente negro.

Conforme lembra Honório Rodrigues (1964), o relacionamento inicial do Brasil com a África teve grande importância no plano global, visto que ao longo do século XVII, o Atlântico Sul era o centro dinâmico da economia mundial, com o Brasil impulsionando o Império Atlântico Português. Foi só no século XVIII que a emergência de potências, como Inglaterra e França, deslocou o centro dinâmico da economia mundial para o Atlântico Norte.

Após a independência do Brasil (1822), muitos ex-escravos atravessaram o oceano de volta para o continente africano. O rei do Benin foi o primeiro soberano a reconhecer o país como independente já em 1823. Houve ainda, nos anos que sucederam a descolonização do Brasil, forte campanha no continente africano para que Angola fosse incorporada ao país, dado que havia profundos vínculos econômicos decorrentes do tráfico de escravos, que unia os dois lados do Atlântico. (Visentini: 2010)

Segundo ressalta Visentini (2010), o Estado brasileiro, mesmo independente, tinha forte orientação europeia, o que o afastava do continente africano. Possuía um regime político europeu, a monarquia, e uma dinastia europeia, os Braganças. O trabalhador escravo, dentro de uma lógica de branqueamento da população nacional, foi substituído por imigrantes vindos da Europa.

2.1.2. Relacionamento Brasil e África no século XX até o Governo Juscelino Kubitschek

Durante a primeira metade do século XX, as relações com o continente africano limitavam-se, praticamente, à África do Sul. Entretanto, o Brasil só estabelece uma representação diplomática no país austral em 1947. Era, do ponto de vista pragmático, o único Estado que poderia oferecer oportunidades comerciais ao governo brasileiro. Além disso, a África do Sul já era, à época, a nação mais desenvolvida do continente africano.

A partir da II Guerra Mundial, a África começa a reaparecer no radar da PEB, embora de maneira ainda tímida, visto que o relacionamento com Portugal era priorizado. O Brasil participava dos debates sobre descolonização, principalmente no âmbito do Conselho de Tutela da ONU, mas apoiava o colonialismo lusitano. Em 1953, durante o governo Getúlio Vargas, foi celebrado o Tratado de Amizade e Consulta entre Brasil e Portugal, pelo qual fica estabelecido que o relacionamento brasileiro com a África seria intermediado pelo Estado português. No que tange à África do Sul, o Brasil adota, pragmaticamente, uma postura tolerante em relação ao apartheid, na década de 50.

O historiador Gerson Moura batizou a política externa de Juscelino Kubitschek como uma política de “avanços e recuos”. Nessa perspectiva, o relacionamento com a África foi, sem dúvida, um recuo, devido ao seu caráter ambíguo. Na teoria, o Brasil defendia a descolonização; mas, na prática, reforçava ainda mais os laços com Portugal. O país apresentava postura hesitante e pró-colonialista nos principais foros internacionais.

Durante o governo Kubitschek, segundo Visentini (2010: p.217), as primeiras independências africanas foram praticamente ignoradas: mesmo no ano de 1960, em que 17 países do continente se descolonizaram, o Brasil teria adotado uma postura meramente protocolar. Entretanto, conforme lembra Vargas Garcia (2005: p.183), no dia 14 de dezembro de 1960, foi aprovada, com apoio brasileiro, a Declaração de Garantia de Independência dos Países Coloniais, no âmbito da XV Assembléia Geral da ONU. Tal declaração defendia o princípio da autodeterminação dos povos.

2.1.3. Política Externa Independente (PEI)

O lançamento da Política Externa Independente (PEI) no governo Jânio Quadros (chanceler Afonso Arinos) é o marco inicial da conformação de uma verdadeira política

africana no MRE. A PEI de Quadros e Arinos tinha por objetivo aumentar o poder de barganha do Brasil vis-à-vis os Estados Unidos e, por conseguinte, melhorar a inserção internacional do país. Em vista disso, diversificava parcerias em busca de novos mercados para os produtos brasileiros. Essa necessidade de mundialização das relações internacionais do Brasil alçou a política africana como um dos pilares da PEI. O Brasil deveria servir de conexão entre a África e o ocidente.

Um dos pressupostos ideológicos da PEI era a defesa da autodeterminação dos povos. O Brasil serviu de apoio aos processos de descolonização no continente africano. Nesse sentido, a visita do chanceler Afonso Arinos para as comemorações da independência do Senegal é emblemática. Entretanto, a forte pressão portuguesa ainda conferia dubiedade ao posicionamento brasileiro frente às colônias portuguesas.

Entre os avanços da PEI, vale mencionar a criação da Divisão da África (DAF), no âmbito do Itamaraty; o estabelecimento de uma linha de navegação com o continente africano e a abertura de cinco embaixadas na África, a saber, Costa do Marfim, Etiópia, Gana, Nigéria e Senegal. É digna de nota também, a designação de um embaixador negro, o escritor Raimundo de Souza Dantas para a embaixada de Acra, Gana. No âmbito da PEI, foram assinados diversos acordos de cooperação cultural com os países africanos, além de um programa de bolsas de estudo para estudantes africanos. (Visentini: 2010).

A aproximação com o continente africano prosseguiu no Governo João Goulart (chanceler San Tiago Dantas e Araújo Castro). Não obstante, houve uma pequena involução das relações, em decorrência da desconfiança ideológica em relação a Goulart e da fragilidade do seu governo. No que toca ao relacionamento com a África do Sul, houve um declínio comercial, em decorrência das críticas brasileiras ao *apartheid* e a condenação do massacre de Sharpeville. (Visentini: 2010).

Embora a PEI seja um divisor de águas no que tange a uma política africana não altera, pelo menos na prática, o relacionamento com Portugal, na medida em que o Brasil não se opõe a Portugal nos foros multilaterais, assumindo – no máximo – uma postura abstencionista.

2.1.4. Política Externa Africana durante o Regime Militar: Governos Castello, Costa e Silva e Médici.

Durante os governos Castello Branco e Costa e Silva, houve um retraimento das relações entre o Brasil e o continente africano, quando comparadas com os anos da PEI; não obstante, a África não saiu por completo do radar da PEB. Segundo Visentini (2010), em vez do enfoque tradicional na cooperação política e econômica, a ênfase maior foi na aproximação geopolítica entre os dois lados do Atlântico. Houve uma preocupação com o tema da segurança coletiva e maior controle do Atlântico Sul, com a proposta de formação da Organização do Atlântico Sul (OTAS).

No decorrer do governo Castello Branco, merece destaque ainda o envio de duas missões comerciais à África Ocidental: entre maio e junho de 1965; entre setembro e outubro de 1966. (Vargas: 2005) Apesar disso, o primeiro governo militar coloca em xeque os princípios da PEI, ao afastar-se do discurso terceiro-mundista e reaproximar-se de Portugal, em detrimento dos países africanos. Além disso, a chancelaria de Castello Branco condenou os movimentos de libertação nacional de influência marxista e acercou-se novamente do governo racista da África do Sul.

Já na gestão de Costa e Silva, vale mencionar o discurso no Itamaraty intitulado “Diplomacia da prosperidade”, em que o presidente demonstra a intenção de resgatar o ideário da PEI e o estabelecimento de representações diplomáticas em nações africanas recém-descolonizadas, como Costa do Marfim, Uganda, Zâmbia e Tanzânia. Além disso, em relação à África do Sul, é de se destacar a assinatura de um acordo financeiro e a inauguração de uma linha aérea da South African Airways, perfazendo o trajeto Rio de Janeiro e Johannesburgo (Rosi:2011 e Vargas:2005).

Houve, no entanto, claro esforço da diplomacia brasileira em estreitar laços com o continente africano durante o governo Médici (1970-1973). Em 1970, foram criadas três novas embaixadas na África, quais sejam, Tanzânia, Uganda e Zâmbia. Além disso foi emblemática a visita do chanceler Mário Gibson Barboza, em 1972, a nove países da África Negra, a saber, Benin, Costa do Marfim, Camarões, Gabão, Gana, Nigéria, Senegal, Togo e Zaire. Em 1973, o chanceler visita ainda o Quênia e o Egito e expande, mais uma vez, as legações brasileiras, com uma nova embaixada em Trípoli, Líbia (Vargas: 2005 e Visentini; 2010).

Durante o “périplo africano” de Gibson Barboza, primeira visita de um chanceler à África, foram negociados diversos acordos comerciais, culturais e de cooperação técnica. A

missão Barboza busca expandir as exportações brasileiras, estreitar os laços comerciais com o continente negro. O modelo de tecnologia brasileira, apropriada aos trópicos, também era alvo de interesse dos países africanos. A diplomacia brasileira teve o cuidado de visitar apenas países que haviam se descolonizado pela negociação com suas metrópoles e não pela via da guerra. Ademais, o itinerário do chanceler seguia a lógica da diversificação de parcerias, busca de mercados para a indústria nacional e fornecimento de petróleo para suprir sua demanda energética do país (Visentini:2010).

A “Diplomacia do interesse nacional” de Médici buscava também angariar apoio dos Estados africanos para a expansão do mar territorial para 200 milhas marítimas. O terceiro governo militar manteve-se alijado da polêmica agenda de guerras de libertação nacional na África Austral e, durante sua gestão, houve o malogro da ideia da OTAS (Visentini:2010).

2.1.5. Política Externa Africana durante o Regime Militar: Governos Geisel e Figueiredo.

Durante o governo Geisel (1974-1979), cuja marca foi a ênfase na promoção de interesses comerciais e na abertura de novos mercados, o relacionamento com a África foi intensificado, notadamente com os países produtores de petróleo, um dos desdobramentos da crise de 1973. Assim, foram aprofundadas as relações bilaterais com países exportadores de hidrocarbonetos, como Angola, Gabão, Nigéria e Argélia. A Braspetro (Petrobrás Internacional S.A) lança-se na prospecção do petróleo africano, enquanto a Vale do Rio Doce – atual Vale – investe na área de mineração. Há ainda a atuação de empreiteiras em projetos na área de infraestrutura: construção de pontes, rodovias, portos, barragens e hidrelétricas. Nesse sentido, destacam-se as construtoras Mendes Jr e a Odebrecht. Dentre os produtos manufaturados exportados ao continente africano no referido período, destacam-se armamentos e aviões da Embraer (Visentini: 2010).

O advento da diplomacia do “pragmatismo responsável e ecumênico” de Geisel e do chanceler Azeredo da Silveira fez com que o Brasil tivesse sua pendência colonial com o continente africano resolvida, ao pôr fim ao seu alinhamento com Portugal. A partir da queda do regime salazarista português, com a Revolução dos Cravos (1974), a diplomacia

brasileira teve uma conjuntura mais favorável para adotar uma política mais assertiva no processo de descolonização das províncias ultramarinas portuguesas.

Sendo assim, em 1974, o Brasil foi o primeiro país do ocidente a reconhecer a independência da República de Guiné-Bissau; em 1975, foi o primeiro Estado a reconhecer oficialmente a independência de Angola, sob o governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), de influência marxista. Ainda no ano de 1975, o governo brasileiro reconhece a independência de Moçambique. O pronto reconhecimento dessas independências marca um novo padrão de relacionamento com a África. (Garcia: 2005)

Outra hipoteca histórica saldada, durante o governo Geisel, foi a mudança da postura brasileira diante dos regimes racistas da África austral. Nesse sentido, é representativo o voto brasileiro a favor da Resolução da ONU que condena o *apartheid* na África do Sul, em 1975; assim como a adoção de medidas de bloqueio econômico contra a Rodésia (atual Zimbábue), em 1976, conforme recomendação do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). (Garcia:2005)

Além disso, ainda sob a chancelaria de Azeredo da Silveira, o Brasil expandiu sua rede diplomática no continente africano, com a abertura de 6 novas embaixadas, a saber, Alto Volta (atual Burkina Fasso), Angola, Guiné Equatorial, Lesoto, Moçambique e São Tomé e Príncipe. No que toca a cooperação cultural, conforme lembra Visentini, o país acolhe centenas de estudantes africanos, por meio do PEC (Programas de Estudantes Convênio).

No âmbito da Diplomacia do Universalismo de João Baptista de Oliveira Figueiredo e do chanceler Saraiva Guerreiro (1979-1985), houve um incremento da cooperação Brasil e África, nas mais diversas áreas. O presidente Figueiredo foi o primeiro chefe de Estado a visitar oficialmente o continente africano, em 1983. Os países escolhidos foram Argélia, Cabo Verde, Guiné Bissau, Nigéria e Senegal. Em 1984, Figueiredo também faz viagem oficial ao Marrocos. Antes dele, no ano de 1980, Saraiva Guerreiro já havia ido ao continente africano e visitado Angola, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

Em decorrência desse estreitamento de laços com a África, durante a gestão de Figueiredo, houve, apesar da crise econômica dos anos 1980, expansão contínua do comércio com os países africanos e o aumento do número das representações desses países em Brasília. (Visentini: 2010) Além disso, a visita de alto nível de Figueiredo foi retribuída,

já no ano seguinte, pelo presidente de Guiné Bissau. Outros chefes de Estado africano também visitaram o país no período, como os presidentes da Zâmbia (1979), Guiné (1980) e Mali (1981). (Garcia:2005)

Segundo destaca Rosi (2011), os últimos dois governos militares tiveram saldo bastante positivo: 1) o número de embaixadas brasileiras no continente africano aumenta de 12 (1974) para 21 (1984); 2) incremento do comércio bilateral Brasil e África de US\$ 130 milhões (1970) para US\$ 3,3 bilhões. (1985).

2.1.6. Política Externa Africana durante a “Nova República”.

O governo de José Sarney (1985-1990) preservou as linhas gerais da política africana definida por Geisel e Figueiredo. Apesar da dupla transição que marcou a sua gestão (fim da Guerra Fria e redemocratização brasileira) e da forte crise econômica que assolava o país, Sarney logrou manter bom relacionamento com a África. Não obstante, conforme destaca Rosi (2011), o fluxo comercial sofreu queda considerável em comparação aos dois últimos governos militares.

Em relação à aproximação com a África levada a cabo por Sarney, destacam-se as visitas de alto nível ao continente – o presidente visitou oficialmente Cabo Verde (maio 1986) e, posteriormente, Angola (1989) que enfrentava situação difícil em decorrência da guerra civil e das investidas sul-africanas. Durante esta última, Sarney assina, em Luanda, diversos acordos de cooperação com o presidente angolano José Eduardo dos Santos. (Garcia:2005).

As visitas de Sarney a Angola e ao Cabo Verde são sintomáticas do enfoque dado aos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOPS) em seu governo. Nesse sentido, cabe destacar a realização, em 1989, da I Cúpula dos Países Lusófonos, em São Luís do Maranhão. Nesta cúpula, que conta com a presença de representantes de alto nível de Portugal, Brasil e dos PALOPs, Sarney propôs a criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP).¹⁸

¹⁸ O IILP, com sede na República do Cabo Verde, seria criado uma década mais tarde, na VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), em São Tomé e Príncipe. Entre os objetivos fundamentais do IILP, destacam-se: "a promoção, a defesa, o enriquecimento e a difusão da língua portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização oficial em fóruns internacionais". Para mais informações, ver: <<http://www.iilp-cplp.cv/>> (último acesso/ fevereiro 2011)

Do ponto de vista da segurança regional, a diplomacia brasileira defendeu, no âmbito da ONU, o estabelecimento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas), proposta que foi aprovada em 1986. A Zopacas visa assegurar o uso pacífico do Atlântico Sul e promover um sistema de cooperação horizontal entre os países ribeirinhos. Além disso, em 1988, 19 países africanos participaram da I Conferência do Atlântico Sul, no Rio de Janeiro, com a presença também de Brasil, Argentina e Uruguai (Garcia:2005).

Houve também significativos avanços, no governo Sarney, no que tange ao combate ao racismo. Nesse sentido, destacam-se: 1) a proibição por decreto do intercâmbio cultural, artístico e desportivo com o regime racista da África do Sul, conforme recomendação do CSNU; 2) a condecoração do prêmio Nobel da Paz Desmond Tutu pelo governo brasileiro, em decorrência do seu engajamento contra o apartheid, em 18 de maio de 1987; 3) a inclusão no texto constitucional (artigo 4º, inciso VII) do repúdio ao racismo como princípio que rege as relações internacionais do Brasil. (Garcia: 2005).

Durante o governo Fernando Collor de Mello (1990-1992), em sua *autonomia pela participação*, nota-se um claro arrefecimento do relacionamento entre Brasil e África, com ênfase no relacionamento com os países desenvolvidos. Entre as causas do distanciamento brasileiro em relação aos países africanos na gestão Collor, pode-se citar: 1) a adoção do modelo neoliberal como política econômica; 2) A ênfase no Cone Sul decorrente da criação do Mercosul (Mercado Comum do Sul), pelo Tratado de Assunção de 1991 (Visentini: 2010).

Em decorrência dessa redefinição das prioridades externas na gestão Collor (chanceleres José Francisco Rezek e Celso Lafer), a África praticamente sai do radar brasileiro. Nessa conjuntura, percebe-se um declínio do comércio bilateral com o Brasil, mas não só isso. Conforme destaca Sombra Saraiva (1996: p.219), o número de diplomatas no continente também reduziu consideravelmente. Entretanto, apesar do alinhamento de Collor com o liberalismo, a tradição de diversificação de parcerias da diplomacia não foi completamente rompida. Nesse contexto, insere-se a viagem do presidente para 4 países da África austral¹⁹ em setembro de 1991, reproduzindo o mesmo discurso que orientou o relacionamento Brasil-África, na década anterior. (Saraiva:2010)

¹⁹ Collor visita, nessa ocasião, África do Sul, Zimbábue, Moçambique e Angola.

No que concerne a cooperação Sul-Sul, vale ressaltar a realização da I Cúpula do Grupo dos 15, em Kuala Lumpur, na Malásia, no dia 3 de junho de 1990. O grupo – que congrega Argélia, Argentina, Brasil, Egito, Índia, Indonésia, Iugoslávia, Jamaica, Malásia, México, Nigéria, Peru, Senegal, Venezuela e Zimbábue – visa fomentar a cooperação horizontal e desempenhar o papel de foro de consulta e concertação política dos países em desenvolvimento (Garcia:2005). Além disso, conforme ressalta Rosi (2011), merece destaque a visita de Nelson Mandela ao Brasil em 1991, após a sua libertação em 1990.

No curto governo Itamar Franco (1992-1994), cujos chanceleres foram Fernando Henrique Cardoso e Celso Amorim, o continente africano volta a receber certa atenção. Nesse sentido, o relacionamento com alguns países são privilegiados, como a África do Sul (pós-apartheid), Nigéria e os Palops. Em relação aos países lusófonos, destacam-se: 1) a realização do Encontro de Chanceleres de Língua Portuguesa, em 1994, em Brasília (Visentini: 2010); 2) e o lançamento da proposta de criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP (Rosi: 2011).

No que se refere à cooperação internacional, durante a gestão Franco, é mister assinalar: 1) a participação brasileira em missões humanitárias da ONU no continente africano²⁰, em países como Angola, Moçambique, África do Sul, Uganda, Ruanda e Libéria (Rosi: 2011); 2) a realização, em Brasília, no dia 22 de setembro de 1994, da III Reunião da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, que marca a entrada da África do Sul na Zopacas (Garcia: 2005); 3) a viagem para o Senegal do presidente Itamar Franco, a fim de participar da III Cúpula do G-15, em Dacar, no mês de novembro de 1992 (Garcia: 2005).

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), chanceleres Luiz Felipe Lampreia e Celso Lafer, o relacionamento com a África permaneceu secundário na PEB; com certo destaque para as relações com os Palops e para as participações brasileiras em missões humanitárias no seio da ONU. Deve-se fazer alusão à consubstanciação oficial da CPLP em 1996 e a participação brasileira na UNAVEM III (Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola), para qual o Brasil enviou um contingente de 1300 soldados, o

²⁰ Uma das participações mais emblemáticas do Brasil em missões de paz ocorre no seio da ONUMOZ (Missão de Paz da ONU para o Moçambique), gestada em 16 de dezembro de 1992. O Brasil contribui com observadores militares e eleitorais e disponibiliza ainda uma companhia de infantaria do Exército. (Garcia: 2005).

envio mais expressivo de militares para fora do país desde a II Guerra Mundial (Garcia:2005).

Além disso, na gestão de FHC, a chancelaria brasileira estreita laços com a África do Sul. Nesse sentido, são dignos de nota: 1) a assinatura do Acordo Quadro Mercosul-África do Sul para a constituição de uma futura área de livre comércio, em 2000 (Garcia:2005); 2) a visita oficial de Nelson Mandela, desta vez como presidente do país austral, em julho de 1998 (Visentini :2010).

3. A POLÍTICA EXTERNA AFRICANA E A COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E ÁFRICA NO GOVERNO LULA (2003-2010).

3.1. A Política Externa Africana no Governo Lula

A ascensão do presidente Luís Inácio Lula da Silva (chanceler Celso Amorim) ao poder, em 2003, marca a retomada da política africana na PEB. O continente africano – mencionado desde o discurso de posse de Lula²¹ – torna-se prioritário para o Brasil, perdendo em importância estratégica apenas para a América do Sul. A modificação da estrutura interna do MRE em sua gestão, com a criação de uma terceira divisão voltada exclusivamente para a África (DAFIII) é um exemplo disso. Desde o início do seu mandato até o seu término, esse continente será alvo de uma diplomacia “ativa e afirmativa” (Visentini: 2010).

Segundo ressalta Saraiva (2010), o renascimento da política africana, no início do século XXI, foi possível graças a uma nova conjuntura da PEB. Em primeiro lugar, há uma política coordenada baseada no interesse nacional com vistas à expansão da economia brasileira e dos agentes diplomáticos. Nesse sentido, o Fórum Brasil-África: Política, Cooperação e Comércio – realizado no mês maio de 2003, na cidade de Fortaleza – pode ser considerado como um dos marcos relançamento da política africana. Em segundo lugar, essa nova política africana ganha bastante publicidade e suporte político e social, na medida em que é apoiada pelo Congresso Nacional, por universidades, por grupos afro-brasileiros, por empresas e por parte da opinião pública.

Vários são os reflexos dessa política mais assertiva com a África, a saber, visitas presidenciais, expansão da rede de embaixadas, comprometimento com afrodescendentes no âmbito interno, incentivos à internacionalização de empresas brasileiras, formação de novas coalizões com países africanos, desenvolvimento de projetos de cooperação Sul-Sul

²¹ O presidente Lula reconhece a importância da África para as relações internacionais do Brasil já no seu discurso de posse: “Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades. Visamos não só a explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional, mas também a estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea.” Disponível em http://www.sfie.org.br/artigos/temas/discurso_de_posse_do_presidente_Luiz_Inacio_Lula_da_Silva.htm. (último acesso fevereiro de 2011)

com esses países, abertura de escritórios da Embrapa e da Fiocruz em solo africano. Esses aspectos serão tratados mais detalhadamente ao longo deste capítulo.

A intensa diplomacia presidencial ao continente africano é um dos traços da política externa com vocação universalista de Lula. Em seus dois mandatos, Lula viajou para a África 13 vezes e visitou 24 países, alguns deles sucessivas vezes²². Dessa forma, Lula logrou contabilizar número de viagens ao continente superior a todos os outros presidentes juntos. O país mais visitado foi a África do Sul, único Estado africano mencionado em seu discurso de posse²³, com 4 deslocamentos. Em seguida, destacam-se, principalmente, os Palops: 1) Moçambique com 3 visitas (2º país mais visitado pelo presidente); 2) Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe com 2 visitas, cada.

No decorrer do governo Lula, o chanceler Celso Amorim também esteve no continente africano em diversas ocasiões. Ao todo, Amorim visitou 31 países da África. Diferentemente do presidente, o país mais visitado pelo ministro foi Cabo Verde com 5 encontros bilaterais e 2 encontros multilaterais. Depois desse país lusófono, Moçambique e Líbia encontram-se empatados com 5 encontros bilaterais cada, ao passo que a África do Sul é apenas o sexto país africano em número de visitas, ao lado de Angola.²⁴

É importante destacar, conforme bem lembrado por Saraiva (2010), que muitas das visitas realizadas pelo presidente Lula ou pelo chanceler Celso Amorim são acompanhadas por delegações, formada por ministros de diversas pastas, empresários e intelectuais. Por meio dessas comitivas brasileiras, o Brasil busca fomentar o comércio bilateral, a cooperação Sul-Sul e os negócios brasileiros com a África.

No extremo oposto, o Brasil também recebeu inúmeras visitas de chefes de Estado e de chefe de governo africanos, durante a gestão Lula. Foram 48 visitas de alto nível nesse período, realizadas por 28 Estados africanos. O líder africano que esteve mais vezes no

²² As visitas de alto nível realizadas a outros continentes, no decorrer do governo Lula, estão registradas na galeria dos presidentes em <http://www.presidencia.gov.br/info_historicas/galeria_pres> ou no próprio sítio do MRE em <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010>> (modificado - último acesso fevereiro 2011).

²³ Em seu discurso de posse, Lula enfatiza o seu desejo de aprofundar as relações com a África do Sul: “Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outros.” Disponível em <http://www.sfiec.org.br/artigos/temas/discurso_de_posse_do_presidente_Luiz_Inacio_Lula_da_Silva.htm> (modificado - último acesso: fevereiro 2011).

²⁴ As visitas do ministro Celso Amorim a outros Estados encontram-se no sítio do MRE em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010>> (modificado - último acesso/ fevereiro 2011).

Brasil foi o do Cabo Verde com 6 visitas, posicionando-se na frente de países sul-americanos como Chile e Guiana. Em seguida, o destaque é para o presidente da África do Sul que visitou oficialmente o país 4 vezes. No que tange às visitas de ministros de negócios estrangeiros africanos ao Brasil, houve 66 visitas da parte de 33 Estados africanos. Os chanceleres da África mais recebidos oficialmente no país foram o da África do Sul e o de São Tomé e Príncipe com 5 visitas cada²⁵.

Além dos profícuos encontros bilaterais entre autoridades brasileiras e africanas, é de se destacar ainda o alastramento de novas representações diplomáticas brasileiras na África durante gestão Lula. Atualmente, segundo o sítio do MRE, 35 representações brasileiras funcionam no continente africano²⁶; no entanto, 16 dessas representações, quase a metade das existentes, foram abertas – ou reabertas – ao longo do governo Lula²⁷. (Revista Veja, 9 de junho de 2010). Esse movimento também foi patente em Brasília, onde foram abertas 9 novas representações diplomáticas africanas no referido período (Visentini: 2010). O estabelecimento dessas novas embaixadas favorece o aumento do comércio bilateral, a atuação de empresas brasileiras em território africano, bem como a recepção de demandas pela cooperação técnica brasileira.

Outro aspecto da política africana de Lula é o comprometimento com a população negra em âmbito interno. Nesse sentido, é visível o incremento de políticas afirmativas, a fim de integrar os afrodescendentes na sociedade brasileira. Um exemplo notório é o programa de concessão de bolsas para a preparação ao concurso de admissão à carreira de diplomata (CACD) e, a partir de 2010, a inclusão de cotas para afrodescendentes no certame. Além disso, é emblemática a criação da Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (Seppir)²⁸, em 21 de março de 2003 – Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial. A II Conferência de Intelectuais Africanos e da Diáspora – realizada na cidade de Salvador, em 2006 – também pode ser destacada como exemplo de

²⁵ As visitas ao Brasil de chefes de Estado e de chefe de governo, assim como as visitas de Ministros de Negócios Estrangeiros ao país, podem ser encontradas em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010>> (modificado - último acesso em fevereiro de 2011).

²⁶ A África do Sul é o único país africano com duas representações brasileiras: uma em Pretória, outra na Cidade do Cabo. Dados sobre as representações brasileiras estão disponíveis em: <<http://www.itamaraty.gov.br/o-ministerio/o-brasil-no-exterior/>> (último acesso em fevereiro de 2011).

²⁷ Reportagem “ A cruzada do Itamaraty”, extraída da revista VEJA, edição 2168, de 9 de junho de 2010. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/090610/cruzada-itamaraty-p-082.shtml>> (último acesso em fevereiro de 2011).

²⁸ Mais informação sobre a Seppir no sítio: <<http://www.seppir.gov.br/sobre>> (último acesso fevereiro de 2011).

aproximação cultural com o continente africano, que teve grande repercussão sobre os grupos afro-brasileiros.

No campo econômico, segundo Visentini (2010), os fluxos comerciais entre Brasil e África também aumentaram durante a era Lula. No decorrer do primeiro mandato, o comércio mais do que triplicou, passando de US\$ 2,4 bilhões, em 2003, para US\$ 7,5 bilhões, em 2006. O ritmo de crescimento prosseguiu, de modo que, no ano de 2008, esse intercâmbio já superava US\$10 bilhões. Ademais, no que tange ao comércio, é significativa a assinatura do acordo de comércio preferencial entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral – SACU²⁹, em 2004 (Garcia:2005).Esse acordo tem por objetivo facilitar o acesso bilateral aos mercados dos blocos, bem como expandir o fluxo de comércio e de investimentos em ambos os lados (Visentini:2010).

Além disso, sob o governo Lula, o continente africano desponta como nova fronteira para a internacionalização de empresas do Brasil. Entre as mais atuantes, destacam-se a Vale (maior mineradora do mundo), a Petrobrás (líder mundial de tecnologia de extração de petróleo no mar) e grandes empreiteiras brasileiras como a Odebrecht, a Camargo Corrêa e a Andrade Gutierrez. Como vimos antes, esse processo de internacionalização foi favorecido pela ativa diplomacia presidencial no período, na medida em que as viagens presidenciais ao continente foram, em grande parte, acompanhadas por missões empresariais. Segundo o sítio do MRE, empresas brasileiras se estabelecem na África para exercer uma das seguintes funções: 1) competição no mercado africano; 2) extração de recursos naturais; 3) construção de obras de infraestrutura, como viadutos, estradas, barragens³⁰.

A participação do Brasil em novas coalizões, ao lado de Estados da África, é um aspecto criativo da política africana de Lula, além de permitir um maior grau de influência dos países em desenvolvimento na arquitetura global. Nesse sentido, o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) e a Cúpula América do Sul e África (ASA) emergem como importantes iniciativas de cooperação Sul-Sul (Visentini:2010).

²⁹ A SACU (União Aduaneira da África Austral) é integrada por África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia.

³⁰ Mais informações sobre internacionalização de empresas na África, estão disponíveis em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/2.2.3-africa-comercio-e-investimentos/view>> (último acesso fevereiro 2010).

O IBAS – também conhecido como G-3 – foi criado em 2003, durante reunião dos chanceleres da Índia, do Brasil e da África do Sul, por meio da Declaração de Brasília (Garcia:2005). O grupo visa, principalmente, construir uma articulação entre essas três democracias emergentes em instâncias multilaterais, por exemplo, no âmbito da ONU, da OMC ou do G20 financeiro. Entretanto, o IBAS teve seu escopo alargado para contemplar também outros objetivos, a saber, democratizar as esferas de tomada de decisão internacional, fomentar o comércio trilateral, combater à fome e à pobreza, promover a cooperação setorial entre seus membros³¹.

Um dos grandes avanços do IBAS foi em relação ao combate à fome e à pobreza, por meio do Fundo IBAS, criado em 2004 e administrado pelo PNUD. Nesse sentido, destacam-se a realização de projetos de cooperação para o desenvolvimento em países da África e da América Central, como o Projeto de Desenvolvimento da Agricultura e da Pecuária em Guiné Bissau, com colaboração da Embrapa³²; o Projeto de Renovação do Centro de Saúde de Covoada³³ em Cabo Verde, em que a reconstrução do centro foi levada a cabo por trabalhadores locais; o Projeto de Coleta do Lixo Sólido como Ferramenta para Redução da Violência em Carrefour Feuilles³⁴, que objetiva reduzir à criminalidade no bairro de Carrefour Feuilles em Porto Príncipe, no Haiti, arregimentando a comunidade para trabalhar na coleta de lixo.

Na esteira da bem sucedida Cúpula América do Sul- Países Árabes – ASPA (realizada em Brasília no ano 2005), a Cúpula América do Sul-África (ASA) é outra iniciativa fecunda do governo Lula no âmbito da Cooperação Sul-Sul, ao fomentar parcerias entre os países em desenvolvimento dos dois continentes em diversas áreas, como infraestrutura, comércio, investimento e agricultura. A ASA já teve duas edições, a saber 2006, na Nigéria, e 2008, na Venezuela. A primeira teve como resultado a Declaração de

³¹ O IBAS contém diversos grupos de trabalho, 16 no total, em áreas como saúde, energia, transporte, ciência e tecnologia, comércio, meio ambiente. Ver: <<http://www.forumibsa.org/interna.php?id=1>> (último acesso: fevereiro 2011).

³² O relatório do referido projeto está disponível em: <[http://www2.mre.gov.br/dibas/Guinea Bissau Evaluation Report Sept 17 2007.pdf](http://www2.mre.gov.br/dibas/Guinea_Bissau_Evaluation_Report_Sept_17_2007.pdf)> (último acesso: fevereiro de 2011).

³³ Tradução minha. O título do projeto em questão é Renovation of the Health Center of Covoada, cujo relatório sobre os resultados obtidos está disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dibas/Report_IBSA_Cape_Verde.pdf> (último acesso em fevereiro de 2011).

³⁴ Tradução minha. O título do referido projeto é Collection of Solid Waste as a Tool to Reduce Violence in Carrefour Feuilles, cujo relatório se encontra disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dibas/Technical_Note_Haiti.pdf> (último acesso em fevereiro de 2011).

Abuja, principal documento da coalizão, em que os países se comprometem com o reforço da cooperação horizontal, como instrumento de fortalecimento contra as assimetrias da ordem econômica internacional. A ASA conta ainda com um órgão executivo, o Fórum Cooperativo África-América do Sul – ASACOF, coordenado pelo Brasil, no lado sul americano, e pela Nigéria, no lado africano (Visentini:2010).

Há ainda outras iniciativas anteriores a Lula, mas que foram aprofundadas em sua gestão. Nessa categoria, enquadra-se tanto a CPLP, como a Zopacas. Em relação à primeira, cumpre destacar que, desde 2006, o Brasil conta com uma delegação permanente junto a CPLP em Lisboa e que, no ano de 2007, foi instalada uma Assembleia Parlamentar no seio da comunidade³⁵. Além disso, em 2008, o Brasil assinou ambicioso acordo para criação de uma Universidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa – UNICPLP em Rendenção, no Ceará. A UNICPLP ainda não está em funcionamento, mas deverá disponibilizar cinco mil vagas para estudantes oriundos dos países de língua portuguesa (Visentini:2010). Logo, a CPLP segue como uma das principais vertentes da política africana do Brasil, no referido período.

No que toca à Zopacas, vale ressaltar que, desde a VI Reunião Ministerial dos Estados Membros da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul – realizada em Luanda, no ano de 2007 – ela se encontra em processo de revitalização. O Plano de Ação de Luanda traçou as áreas prioritárias para o esforço de cooperação. Uma das preocupações atuais da Zopacas é a reativação da 4ª Frota no Atlântico Sul, pelos Estados Unidos, mas há projetos de cooperação entre os países atlânticos em temas como segurança marítima, exploração de plataforma continental e transporte. (Visentini:2010).

Por último, cabe destacar a aproximação empreendida pelo Brasil em relação à União Africana (UA), organização regional de cooperação política, econômica e cultural da África, que congrega 53 Estados africanos. Nesse sentido, a abertura da embaixada brasileira em Adis Abeba (Etiópia), no ano de 2004, é sintomática, visto que é sede da UA. Como resultado desse estreitamento de laços, o Brasil foi elevado a membro observador da UA e presidente Lula foi convidado especial da XIII Cúpula dos Chefes de Estado da União Africana, realizada em Sirte, na Líbia. Além disso, o Brasil assinou diversos acordos

³⁵ Mais informações sobre os avanços da CPLP, estão disponíveis no site do MRE em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/2.2.1-africa-cplp/view>> (último acesso).

de cooperação em parceria com a UA, como a projeto de incentivo à cotonocultura nos países do Cotton-4: Benin, Burkina Faso, Mali e Tchad. (Visentini:2010).

Para Visentini (2010), a mudança de postura brasileira na África justifica-se pelo renascimento político-econômico africano. A região apresenta um crescimento econômico continuado, tornando-se bastante atrativa para comércio e investimentos brasileiros. Além disso, há a busca pelo aumento da inserção internacional do Brasil. Nota-se, segundo sua linha de raciocínio, uma clara intenção de fortalecimento político e econômico por parte da PEB, que enxerga a África como uma boa oportunidade para expandir negócios, arregimentar parcerias diplomáticas e transformar a atual ordem internacional injusta em um cenário multipolar.

Já, segundo Saraiva (2010), o amadurecimento das relações Brasil-África sinaliza a emergência de um novo Sul, capaz de se articular em coalizões anti-hegemônicas. Além disso favorece a criação de um plano comum de desenvolvimento econômico e social nas duas regiões e um novo posicionamento para o Brasil e o continente africano no sistema internacional. A era Lula foi fundamental para enraizar uma política de continuidade no continente africano. Esse novo ciclo no relacionamento é reflexo da maturidade política do país e aparenta ir além de uma simples moda passageira.

3.2. A Cooperação Técnica entre Brasil e África na Era Lula

Uma das frentes mais importantes da política externa africana de Lula é a Cooperação Sul-Sul. Ao longo de seu governo o Brasil passa a ser, visivelmente, mais ofertador de cooperação internacional do que demandante. Com efeito, o Brasil tornou-se, nos últimos anos, um dos países mais ativos nesse ramo, chamando a atenção inclusive de observadores internacionais, como a revista “The Economist”. Apesar de apoiar iniciativas interregionais de cooperação horizontal, como a ASA ou a Zopacas, ou multilaterais, como o IBAS, o enfoque da cooperação prestada pelo Brasil na África é na CTI, ou CTPD via ABC³⁶.

³⁶ Conforme visto no capítulo 1, na estrutura das coordenações da ABC, a agência trabalha com 3 tipos de CTI, a saber, a cooperação técnica recebida, a cooperação multilateral recebida e a CTPD. Essa última é a que interessa para os efeitos deste trabalho, pois ressalta o perfil do país como doador de cooperação. Sendo assim, no presente capítulo, pode-se ler CTI como sinônimo de CTPD.

Segundo a ABC, CTPD brasileira ampara-se nas seguintes diretrizes³⁷: 1) prioridade aos programas de cooperação técnica que favoreçam a intensificação das relações do Brasil com países em desenvolvimento, especialmente com os países de interesse prioritário para a PEB; 2) apoio a projetos vinculados, sobretudo a programas e prioridades nacionais de desenvolvimento dos países recipiendários; 3) canalização dos esforços de CTPD para projetos de maior repercussão e âmbito de influência e com efeito multiplicador mais intenso; 4) privilégio aos projetos com maior alcance de resultados; 5) estabelecimento de parcerias preferencialmente com instituições genuinamente nacionais;

No que se refere aos alvos prioritários³⁸ da CTPD brasileira, o continente africano ocupa a quarta posição, conforme a lista a seguir: 1) compromissos assumidos em viagens do Presidente da República e do Chanceler; 2) países da América do Sul; 3) Haiti; 4) países da África, em especial os PALOPs, e Timor Leste; 5) demais países da América Latina e do Caribe; 6) apoio a CPLP; e 7) incremento das iniciativas de cooperação triangular com países desenvolvidos (através de suas respectivas agências) e organismos internacionais.

De acordo com o discurso oficial, a CTPD brasileira orienta-se por dois princípios basilares: solidariedade e responsabilidade comum. A cooperação, segundo o primeiro princípio: 1) não deve ser guiada por interesses comerciais ou lucrativos; 2) não impõe condicionalidades; 3) pressupõe identidade entre as partes, ou seja, interesses comuns e não egoístas. Já o princípio da responsabilidade comum assinala o caráter não assistencialista e não paternalista das ações conduzidas (Ayllón & Leite:2010).

A preocupação do Brasil em alijar o seu modelo de cooperação do assistencialismo internacional é tanta que o país não considera o perdão de dívidas como forma de cooperação horizontal. Na perspectiva do Brasil, ao contrário da CTI, o simples alívio da dívida não promove o desenvolvimento do beneficiário. Entretanto, o país é adepto dessa iniciativa como forma de solidariedade e, segundo o PNUD, o valor perdoado da dívida externa de países africanos, ou convertido em linhas de crédito com o Brasil, está em torno de US\$ 1 bilhão. O governo brasileiro perdoou, por exemplo, 67% da dívida nigeriana –

³⁷ As diretrizes da CTPD brasileira estão elencadas no sítio da ABC em: <http://www.abc.gov.br/abc/coordenacoesCGPDIntroducao.asp> (último acesso em fevereiro de 2011).

³⁸ As prioridades da CTPD brasileira estão elencadas no sítio da ABC em: <http://www.abc.gov.br/abc/coordenacoesCGPDIntroducao.asp> (último acesso em fevereiro de 2011).

cerca de US\$ 162 milhões de abatimento – e 95% da dívida moçambicana – cerca de US\$351 milhões de abatimento (Ayllón & Leite: 2010; Visentini:2010)

Para Saraiva (2010), a nova política de cooperação para a África tem por objetivo colaborar com uma agenda de desenvolvimento sustentável na região. Para ele, a PEB do início do século XXI não é uma reedição do passado. Ela é mais arrojada, no sentido de inibir o assistencialismo internacional, disfarçado nos diversos modelos ultrapassados de cooperação técnica. O novo modelo de cooperação técnica envolve uma dimensão social e prima pela reconstrução de uma infraestrutura logística e produtiva para o continente africano.

3.2.1. Análise do Catálogo 2010 da ABC.

A ABC publica, anualmente, em parceria com o MRE, o catálogo “A Cooperação Técnica do Brasil para África”³⁹, em que são analisados os principais projetos de cooperação técnica brasileira em andamento no continente africano. Na edição de 2010, referente aos projetos de CTI do ano de 2010, foram discriminados 198 projetos distribuídos por 29 países africanos. Dentre os projetos trazidos pela publicação: 1) 65 estão em fase de negociação; 2) 108 estão em execução; 3) 25 já foram executados. Em relação à publicação do ano anterior (2009), referente aos projetos de cooperação de 2009, houve um incremento, visto que contabilizava apenas 132 iniciativas para 22 Estados africanos: 1) 51 projetos em negociação; 2) 81 projetos em curso. A tabela abaixo resume os principais dados dessa comparação:

	Nº de países	Total de projetos
Catálogo 2009	22	132
Catálogo 2010	29	198

Ao analisar as duas publicações, percebe-se que o país mais beneficiado pela cooperação brasileira, em número de projetos, é Moçambique: 32 projetos em 2010 e 24 projetos em 2009. Em segundo lugar, São Tomé e Príncipe: 23 projetos em 2010 e 19 projetos em 2009. Em terceiro lugar, no ano de 2009, Cabo Verde com 18 projetos, ao

³⁹ O catálogo “A Cooperação Técnica do Brasil para África” (2011) está disponível em versões portuguesa, inglesa e francesa no sítio da ABC em: <http://www.abc.gov.br/> (último acesso: fevereiro 2011).

passo que, no ano de 2010, Angola recebeu mais atenção que a ilha com 16 projetos. É interessante notar que, no topo da lista de beneficiados pela CTPD brasileira, sempre estão Palops. Ao todo, são 116 iniciativas para os 5 membros africanos da CPLP(Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) em 2010, o que totaliza quase 60% dos projetos de CTPD para a África.

O único país que não aparece na edição mais recente como recipiendário de cooperação brasileira é a Costa do Marfim, que tinha 1 projeto em execução no ano de 2009. Em contrapartida, no ano de 2010 foram incluídos 7 países no catálogo, quais sejam, África do Sul (4 iniciativas), Congo (5 iniciativas) , Guiné Equatorial (3 iniciativas), Namíbia (7 iniciativas), Tanzânia (5 iniciativas), Uganda (1 iniciativa) e Zimbábue (1 iniciativa). Esses países, não contabilizados em 2009, representam juntos quase 15% dos projetos de CTPD que constam no catálogo de 2010.

Pode-se vislumbrar um pouco mais sobre o perfil dos Estados assistidos pelo Brasil, ao classificar os países contemplados no catálogo da ABC, conforme as categorias do relatório anual da organização não governamental Freedom House⁴⁰: 1) países livres (free countries); países parcialmente livres (partially free countries); 3) países não livres (not free countries). Como resultado, ao aplicar o relatório de 2011 da Freedom House, no catálogo de 2010 da ABC, tem-se : 1) 42,9% das iniciativas direcionados a países parcialmente livres (85 projetos); 2) 36,4% das iniciativas direcionadas a países livres (72 projetos); 3)20,7% das iniciativas direcionadas para países não livres (41 projetos). Os países considerados não livres com os quais o Brasil apresenta maior número de iniciativas são Angola (16 projetos) e Argélia (9 projetos). Com base nessa análise, fica patente que o governo brasileiro tem maior facilidade de cooperar com países africanos com algum grau de liberdade política.

No que toca à cooperação junto aos países africanos produtores de petróleo, com os quais o relacionamento era priorizado durante grande parte do período militar, pôde-se contabilizar no catálogo de 2010 da ABC, apenas 29 projetos de CTPD, menos de 15% das

⁴⁰ Anualmente, a Freedom House classifica politicamente todos os Estados dos cinco continentes conforme o seu grau de liberdade, em três categorias: free (livre), partially free (parcialmente livre) e not free (não livre). O relatório 2010, usado neste trabalho de pesquisa, poderá ser encontrado no sítio: <<http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=1>> (último acesso: fevereiro de 2011).

iniciativas: Angola (16 projetos), Argélia (9 projetos), Gabão (2 projetos), Nigéria (2 projetos), Líbia (0 projetos), Egito (0 projetos).

Em relação à cooperação trilateral com países desenvolvidos ou organismos internacionais, pôde-se contabilizar 10 iniciativas no ano de 2010: 7 em Moçambique – em parceria com a Alemanha, os Estados Unidos, a França ou o Japão – e 3 em Guiné Bissau – em parceria com Escritório das Nações Unidas contra as Drogas e Crimes (UNODC), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP). Há ainda um projeto de cooperação “quadrilateral” de apoio à aqüicultura no Camarões, com participação de França, Brasil e Canadá. Em contrapartida, para o ano de 2009, foram discriminadas apenas 3 iniciativas no Moçambique, o que denota um crescimento da cooperação triangular brasileira.

É importante ressaltar que a edição de 2011 inclui ainda o Timor Leste, apesar de ser país asiático, por ser membro da CPLP. Para o Timor Leste foram contabilizados 18 projetos, que não foram levados em conta neste trabalho nem para os efeitos da contagem dos projetos (198) nem dos países (29).

Esses são alguns dados que podem ser inferidos do catálogo. Entretanto, segundo a própria publicação, a cooperação brasileira na África é muito mais extensa, na medida em que abarca 37 países africanos e, só no ano de 2010, totalizou mais de 300 iniciativas.

3.2.2. Principais Áreas de Atuação da CTPD da ABC.

Hodiernamente, o Brasil desenvolve projetos de CTI nas mais diversas áreas, como formação profissional, saúde, agricultura, educação, desenvolvimento social, direitos humanos, meio ambiente, energia, cultura, esporte, entre outros. Entretanto, dados de 2007 revelam que os cinco primeiros dessa lista são os setores mais beneficiados pelos recursos da CTPD brasileira, com 22,4%, 18,79%, 14,86%, 10,23% e 6,70%, respectivamente (Ayllón & Leite:2010). A seguir, serão abordadas algumas dessas áreas de atuação brasileira, incluindo as cinco principais, com exemplos elucidativos.

No setor de formação profissional, a ABC atua, principalmente, em parceria com o SENAI. Nesse sentido, destaca-se o estabelecimento de centros brasileiros de ensino técnico para a formação profissional. Atualmente, eles já estão em funcionamento em diversos Palops, como Angola, Cabo Verde e Guiné Bissau, sendo que há previsão de

implantação de novos centros em Moçambique e em São Tomé e Príncipe. Esses projetos pressupõem tanto o treinamento de tutores e gerentes, como a construção física do centro, semelhante aos que o SENAI opera no Brasil. O caso de Angola pode ser destacado como exemplo bem sucedido pelos seus efeitos multiplicadores. Fundado em 2000, o Centro de Formação Profissional Brasil-Angola já teve o seu controle repassado ao governo angolano, no ano de 2005, depois de formar mão de obra qualificada em diversas áreas, como informática, construção civil, mecânica e vestuário (Visentini:2010).

No âmbito da saúde, o governo brasileiro atua em associação com o Escritório de Relações Internacionais do Ministério da Saúde. As principais áreas de atuação são: 1) combate e prevenção às doenças tropicais, como a malária, ao HIV/AIDS e à tuberculose; 2) criação de bancos de leite humano; 3) assistência técnica em matéria de gestão de hospitais; 4) implantação de sistemas únicos de saúde. Um exemplo emblemático dessa cooperação é a transferência da tecnologia dos bancos de leite materno – que teve grande impacto na queda da mortalidade infantil brasileira – para os países da CPLP. É relevante mencionar ainda, o projeto de construção de uma fábrica de medicamentos anti-retrovirais em Moçambique, no esforço de luta contra o HIV/AIDS. O referido projeto prevê ainda a capacitação de profissionais moçambicanos para trabalharem na fábrica e contará com o apoio do escritório da Fiocruz África, que foi inaugurado em Maputo em 2008 (ABC:2010, Ayllón & Leite:2010; Vaz & Inoue: 2007; Visentini:2010).

Em relação à cooperação agrícola, cumpre destacar a instalação de um escritório da Embrapa em Acra (Gana), em decorrência da alta demanda africana por parcerias com o Brasil nesse setor. As ações da Embrapa vão desde transferência de tecnologia para a produção de biocombustíveis até o desenvolvimento de horticulturas e frutas tropicais. Isso se explica pela similitude de clima e vegetação nas duas regiões e pela expertise adquirida pela Embrapa no Brasil, na transformação de zonas tropicais em cinturões verdes para produção de alimentos (Ayllón & Leite:2010; Vaz & Inoue: 2007).

Entre os inúmeros projetos de CTPD voltados para agricultura, é digno de nota o suporte concedido pela Embrapa à Iniciativa do Algodão, com a instalação de fazendas-modelos para aumentar a produtividade e garantir o desenvolvimento sustentável da cotonocultura. Esse projeto, uma parceria entre o Brasil e a União Africana, beneficia os países do Cotton-4 – Benin, Burkina Faso, Tchad e Mali, prejudicados pelos subsídios que

os países desenvolvidos aplicam na produção do algodão. Também merece destaque o projeto “Apoio ao Desenvolvimento da Rizicultura no Senegal”, em que a Embrapa auxilia o país africano na produção de arroz, com vistas a reduzir os efeitos negativos da importação massiva dessa commodity na balança de pagamentos senegalesa. (ABC: 2010; Visentini:2010).

A Embrapa, via ABC, também atua em projetos de cooperação triangular no continente africano. Nesse sentido, há de se destacar o projeto Prosavana JBM, entre Brasil Japão e Moçambique, cujo objetivo é incentivar a produção de alimentos nas savanas tropicais moçambicanas, com grande potencial agrícola. Em parceria com Agência Japonesa de Cooperação (JICA), o Prosavana visa replicar a bem sucedida experiência do programa Prodecer. O Prodecer, também empreendido pela JICA, logrou transformar o infértil cerrado brasileiro em celeiro mundial de alimentos (ABC:2010).

No tocante à educação, é relevante mencionar os projetos de Alfabetização de Jovens e Adultos em Angola e São Tomé e Príncipe. Além disso, o Brasil, por meio do Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados) desenvolve projetos de inclusão digital nos países africanos. Nesse sentido, foram instalados “Tele Centros” em São Tomé e Príncipe (2004), Cabo Verde (2004) e Angola (2009). Cumpre destacar ainda que projetos exitosos brasileiros, como o “Bolsa Escola” e o “Alfabetização Solidária” foram replicados em Palops, como Moçambique e São Tomé e Príncipe (Ayllón & Leite:2010; Visentini: 2010)

No que toca aos projetos de desenvolvimento social, destaca-se, por exemplo, a implementação de projeto piloto do programa “Bolsa Família” no Benim, a fim de combater a deserção escolar e reduzir as desigualdades sociais. Programas brasileiros bem sucedidos como o “Bolsa Família” e o “Fome Zero” estão sendo replicados em países africanos. Além disso, como o desenvolvimento social está diretamente relacionado ao desenvolvimento econômico, também merecem destaque projetos de cooperação em áreas como segurança alimentar, agricultura familiar, pesca artesanal, entre outros. (ABC:2010; Ayllón & Leite:2010).

A cooperação brasileira em direitos humanos, apesar de pouco expressiva numericamente, também deve ser salientada. Atualmente, o país desenvolve um projeto bastante interessante nessa área em Guiné Bissau. Trata-se do “Apoio na Formulação e

Monitoramento do Programa Nacional para Universalização do Registro Civil de Nascimento em Guiné Bissau”. O referido projeto visa erradicar o sub-registro no país africano, por meio da expansão dos cartórios de registro civil de nascimento, dos serviços de registro civil itinerantes nas maternidades, além da conscientização da importância do registro através de campanhas e capacitação de agentes públicos para atuarem como agentes da mobilização nacional.(ABC:2010).

Conforme ressalta Vaz & Inoue (2007), um setor emergente na cooperação brasileira é o de energia, notadamente na produção de biocombustíveis. Nesse sentido, o catálogo da ABC de 2011 contempla diversas iniciativas nessa área. Há, por exemplo, projetos de apoio ao desenvolvimento de biocombustíveis no Congo, em Gana, no Senegal e na Zâmbia. Essa cooperação prestada pelo Brasil vai ao encontro dos interesses do país de transformar o etanol em commodity internacional .

Em relação ao meio ambiente, também há diversas iniciativas para a África. Merece destaque um projeto em negociação com o Gabão para proteção das tartarugas marinhas, que habitam o litoral gabonês. O projeto seria desenvolvido em parceria com o Projeto Tamar-ICMBIO, aproveitando a bem sucedida experiência na defesa das tartarugas brasileiras. (ABC:2010)

No campo cultural, pode-se destacar a provável atuação da Associação Carnavalesca Bloco Afro Olodum, em Benim, para a utilização da cultura como meio de mobilização e emancipação das populações mais carente. Por meio do projeto em negociação, a Escola do Olodum – já em funcionamento na cidade de Salvador – ofereceria atividade de arte-educação em horário contrário ao da escola de educação formal. Os alunos teriam aula de instrumentos e percussão e haveria o treinamento de profissionais nas áreas de gestão e mobilização social. (ABC:2010).

Por fim, a cooperação na área esportiva também é muito requisitada, graças à simpatia que goza o esporte brasileiro no continente africano. Diversos programas de cooperação na área do futebol aparecem no catálogo da ABC de 2010. Entre eles, destaca-se o projeto em negociação com a Guiné Equatorial, em parceria com a Olé Brasil F/C, que visa desenvolver as habilidades dos jovens jogadores guiné-equatorianos, além de capacitar treinadores e preparados físicos. Ademais, foram executados com êxito, em parceria com o

Sindicato dos Treinadores de Futebol do Estado de São Paulo, os projetos de capacitação de treinadores de futebol no Quênia e em Uganda (ABC:2010).

3.3. Cooperação e Interesses Político-Econômicos Brasileiros

Como visto, a retórica do governo brasileiro em relação à CTPD está baseada em diversos princípios como o da diplomacia solidária, totalmente desvinculada de interesses econômicos, ou o da atuação somente em resposta a demandas. Entretanto, vários observadores nacionais e internacionais, como a revista “The Economist”, advogam que a nova política africana do Brasil não seria apenas reflexo da solidariedade ou da preocupação em ajudar a África na consecução das metas do milênio. Na verdade, para esses observadores, a cooperação brasileira seria também manifestação de uma política de “soft power”, da qual o país teria ganhos inegáveis.

Conforme o artigo “Brazil’s foreign-aid programme”, publicado na revista “The Economist”, em 15 de julho de 2010, entre os interesses brasileiros velados na CTPD destacam-se: 1) ganhar influência e prestígio no mundo em desenvolvimento em um contexto de competição com a China e a Índia, principalmente no continente africano⁴¹; 2) melhorar a inserção comercial do Brasil, favorecendo também a internacionalização de empresas brasileiras. Nessa perspectiva, enquadrar-se-ia o esforço brasileiro pela disseminação da produção mundial de biocombustível, a fim de transformar o etanol em commodity internacional; 3) conquistar o apoio político da África ao pleito brasileiro por uma vaga no CSNU:

“This aid effort – though it is not called that by the government – has wide implications. Lavishing assistance on Africa helps Brazil compete with China and India for soft-power influence in the developing world. It also garners support for the country’s lonely quest for a permanent seat on the UN Security Council(...)

Moreover, aid makes commercial sense. (...) Spreading ethanol technology to poor countries creates new suppliers, boosts the chances of a global market and generate business for Brazilian firms.”

⁴¹ Em relação a essa primeira hipótese levantada pela revista “The Economist”, é curioso notar – conforme destaca a revista PIB (Presença Internacional Brasileira), número 10, edição de março/abril de 2010 – que o segundo estadista de peso, depois de Lula, que visitou mais países do continente africano foi o presidente chinês Hu Jintao. Disponível em: <<http://www.revistapib.com.br/pdf/PIB-ed10.pdf>> (último acesso: fevereiro de 2011).

Visentini (2010: p.234) também coloca em cheque o caráter puramente solidário da cooperação brasileira, mas admite ser ainda cedo para tirar conclusões premeditadas :

“Se todos os processos e desenvolvimentos são apenas discurso político (diplomacia do prestígio), interesse econômico “imperialismo soft” ou uma associação entre duas periferias do sistema mundial, na busca de desenvolvimento socioeconômico (Cooperação Sul-Sul) , só o tempo dirá. Trata-se de um processo em curso, com muitos atores envolvidos, objetivos diversos e uma conjuntura regional e mundial complexa.”

No trecho acima, Visentini faz três hipóteses sobre os interesses brasileiros na África: 1) diplomacia do prestígio; 2) “imperialismo soft”; 3) busca de desenvolvimento socioeconômico na África (cooperação Sul-Sul). A “diplomacia do prestígio” à qual ele faz alusão tem a ver com a projeção da imagem mundial do Brasil como prestador de cooperação na África ou como detentor de uma política africana arrojada. Já o “imperialismo soft” pressupõe a utilização da política africana como estratégia de acesso a novos mercados e geração de lucro para os empresários brasileiros. Por fim, a última hipótese, a da cooperação Sul-Sul, é a que mais se relaciona com o princípio da solidariedade, embora represente ganhos sócio-econômicos para todas as partes envolvidas (doadores e receptores). Em vista disso, da impossibilidade de dissociar cooperação de eventuais ganhos, Visentini conclui:

“No entanto, a experiência histórica mostra que apenas vontade política e uma retórica de solidariedade são insuficientes sem vínculos econômicos sólidos.”(Visentini:2010; p.23)

Entretanto, conforme destaca Ayllón & Leite (2010), apesar dos prováveis interesses econômicos, não se deve subestimar a cooperação prestada pelo Brasil. A cooperação brasileira teria o seu mérito, por não estar baseada em amplas doações de recursos monetários, mas na transferência de um conjunto de conhecimentos técnicos que tiveram impacto positivo no desenvolvimento brasileiro e que podem ser replicados em países com desafios semelhantes. Além disso, os autores consideram positivo o envolvimento de múltiplos atores, tanto na esfera nacional, como internacional, no âmbito das iniciativas brasileiras. Por fim, elogiam o compromisso do governo brasileiro com ações regionais, interregionais e multilaterais de cooperação em favor do desenvolvimento.

CONCLUSÃO

O relacionamento do Brasil com a África, notadamente no âmbito da Cooperação Sul-Sul, ganhou relevância na PEB nos últimos anos, graças – em grande parte – à vontade política do presidente Lula. Isso pôde ser facilmente percebido pelo número de viagens do mandatário ao continente africano, pelo aumento significativo de projetos de CTPD negociados com Estados africanos e pela expansão bilateral de representações diplomáticas, entre inúmeros outros fatores.

Em contrapartida, não se pode afastar a ideia de que essa política assertiva de Lula para a África também decorresse de interesses políticos e econômicos concretos do país na região, como a busca de apoio africano ao pleito do Brasil por uma vaga permanente no CSNU, a competição com a China por influência e mercados no mundo em desenvolvimento, ou a internacionalização das empresas brasileiras. O fato de o presidente Lula ter viajado a esse continente diversas vezes acompanhado por ampla delegação de empresários também é indicativo disso.

É interessante notar que se fala em “política africana” do Brasil, ao passo que inexistente uma chamada política europeia, americana ou asiática na PEB. Isso vai ao encontro do discurso propagado pela diplomacia nacional de “dívida histórica” brasileira em relação à África, em decorrência do vínculo escravista ou do passado comum colonial. Com efeito, essa pendência do país com o continente africano pode não ter sido ainda reparada; no entanto, conforme visto, é notório o ineditismo e a sofisticação da política africana de Lula, quando cotejada com a dos outros mandatários do Brasil, ao longo da História.

No que tange às viagens de Lula à África, constata-se uma prioridade no relacionamento com a África do Sul, parceria estratégica para o Brasil. Lula deslocou-se quatro vezes ao continente africano; já o presidente sul-africano, a sua vez, deslocou-se também quatro vezes ao Brasil. Essa convergência entre os dois países decorre, provavelmente, do avanço do Fórum de Diálogo IBAS, uma das iniciativas para África mais exitosas do governo Lula.

Em relação aos projetos de CTPD, houve notório incremento dessas ações no continente africano, durante o governo Lula. A emergência do Brasil como importante doador de cooperação técnica na África, ao longo do referido período, também fica patente para observadores internacionais, como a revista “The Economist”, por exemplo.

Nota-se, segundo análise da publicação da ABC “A Cooperação Técnica do Brasil para a África”, uma prevalência dos países membros da CPLP, no total de iniciativas de CTPD para o continente. Além disso, o Brasil também prioriza os chamados Palops no desenvolvimento dos programas de cooperação triangular, em parceria com países desenvolvidos ou organismos internacionais – 10 projetos dos 11 encontrados no catálogo de 2010. Isso se deve, em grande parte, às afinidades históricas e à língua portuguesa comum. Essa preferência pelos países lusófonos também está em sintonia com as mencionadas prioridades da ABC para a cooperação, estipuladas pelo governo.

Vale ressaltar, por último, a miríade de parceiros que auxiliam a ABC na execução dos projetos de CTPD do Brasil para o continente africano. Nesse sentido, sem dúvida, merece destaque a abertura de um escritório da Embrapa em Gana e um escritório da Fiocruz em Moçambique, além da atuação do Senai; no entanto, não se pode esquecer, igualmente, dos diversos outros agentes brasileiros que estão se lançando no território africano, como o Projeto Tamar, a Escola do Olodum ou a Olé Brasil F/C.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **A Cooperação Técnica do Brasil para a África.** Publicação da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores. Brasília. 2010
- AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **A Cooperação Técnica do Brasil para a África.** Publicação da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores. Brasília. 2009
- AYLLÓN, Bruno & LEITE, Iara. **La Cooperación Sur-Sur de Brasil: Proyección solidária y política exterior.** In: Bruno Ayllón e Javier Surasky (coords). *La Cooperación Sur-Sur en Latinoamérica: utopía y realidad.* Madrid: Ediciones Los Libros de la Catarata/IUDC-UCM
- CERVO, Amado Luiz. **Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas.** 2. ed rev. e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2007.
- IDEM. **Socializando o Desenvolvimento: uma história da cooperação técnica internacional do Brasil.** Revista Brasileira de Política Internacional, volume 37, numero 1. Brasília, 1994.
- GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das Relações Internacionais do Brasil.** 2 ed. re., ampl. e atualizada. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- INOUE, Cristina Yumie Aoki & APOSTOLOVA, Maria. **A Cooperação Internacional na Política Brasileira de Desenvolvimento.** São Paulo: ABONG; Rio de Janeiro: Núcleo de Animação Terra e Democracia, 1995.
- LECHINI, Gladys. **Africa, Asia and Latin America: The building of concepts to International Relations in Global South.** In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Ed.). *Concepts, Histories and Theories of International Relations for the 21st Century: Regional and national approaches.* Fortaleza/Brasília: Premius e Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2009, p.109-129.
- LOPES, Luara Landulpho Alves Lopes **A Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) da Agência Brasileira de Cooperação (ABC – MRE): o Brasil como doador.** Dissertação de Mestrado, Pontífica Universidade Católica de São Paulo, 2008.

- PLANO de Ação de Buenos Aires (PABA). Special Unit for South-South Cooperation: United Nations Development Programme (UNDP), 1978. Disponível em <<http://ssc.undp.org/ss-policy/policy-instruments/buenos-aires-plan-of-action/>> (último acesso: fevereiro de 2011).
- RODRIGUES, José Honório. **Brasil e África: outro horizonte**. 2 ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- ROSI, Bruno Gonçalves. **As Relações Brasil-África no Regime Militar e na Atualidade**. Publicação digital do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais da UFRGS, 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/17764>> (último acesso fevereiro 2011).
- SARAIVA, José Flávio Sombra. **The New Africa and Brasil in the Lula Era: the rebirth of Brazilian Atalantic Policy**. In: CERVO, Amado Luiz & LESSA, Antônio Carlos (Ed.) *Emerging Brasil under Lula: an assessment on International Relations (2003-2010)*. Revista Brasileira de Política Internacional (ano 53 special edition). Brasília: Instituto Brasileiro de Política Internacional (IBRI), 2010, p. 169-182.
- VAZ, , 1996. Alcides Costa & INOUE, Cristina Yumie Aoki. **Emerging Donors in International Development Assistance: The Brazil Case**. Canada. IDRC, 2007.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África na Política Internacional: O Sistema Interafricano e sua Inserção Mundial**. Curitiba: Juruá, 2010, p.215-236.

Web Sites (último acesso em março de 2011):

- Agência Brasileira de Cooperação: <<http://www.abc.gov.br/>>
- Comunidade de Países de Língua Portuguesa: <http://www.cplp.org/>
- Freedom House: <<http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=1>>
- Ministério das Relações Exteriores: <<http://www.itamaraty.gov.br/>>
- Revista Veja: <<http://veja.abril.com.br/090610/cruzada-itamaraty-p-082.shtml>>
- Revista The Economist: <<http://www.economist.com/node/16592455>>
- Revista PIB (Presença Internacional do Brasil): <<http://www.revistapib.com.br/portal.php>>
- OCDE: <http://www.oecd.org/home/0,2987,en_2649_201185_1_1_1_1_1,00.html>

ANEXOS

A. Viagens de Lula à África

1. **1º a 8.11.2003** - Visita oficial a cinco países africanos: São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, África do Sul e Namíbia.
2. **2 a 11.12.2003** - Visita oficial à Síria, Líbano, Emirados Árabes Unidos, Egito e Líbia.
3. **25 a 29.07.2004** - V Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em São Tomé e Príncipe. Visita oficial ao Gabão e a Cabo Verde.
4. **07 a 14.04.2005** - Participação das exéquias de Sua Santidade o Papa João Paulo II, no Vaticano, no dia 8, e visitas ao Cameroun, Nigéria, Gana, Guiné-Bissau e Senegal, nos dias 10 a 14.
5. **08 a 12.02.2006** - Visitas à Argélia, nos dias 8 e 9, Benin, no dia 10 e Botsuana, no dia 11. Participa na África do Sul, no dia 12, da Cúpula da Governança Progressista.
6. **29.11 a 1º.12.2006** - Participa da reunião de Cúpula dos Chefes de Estado da África e da América do Sul, em Abuja, na Nigéria.
7. **31.05 a 09.06.2007** - Visitas oficiais ao Reino Unido, nos dias 1 e 2, à Índia, nos dias 3 e 4, ao Marrocos, nos dias 5 e 6, e à Alemanha, onde participará da Cúpula do G-8, nos dias 7 e 8.
8. **14 a 19.10.2007** - Visitas oficiais a Burkina Faso, dia 15, República do Congo, dias 15 e 16, República da África do Sul, dias 16 e 17, e Angola, dias 17 e 18.
9. **19 a 21.04.2008** - Visita oficial a Gana.
10. **12 a 17.10.2008** - Visitas oficiais a Espanha de 12 a 14, a Índia nos dias 14 e 15, e a Moçambique nos dias 16 e 17.
11. **29.06 a 1º.07.2009** - Viagem oficial à Líbia.
12. **02 a 10.07.2010** - Em visitas oficiais a Cabo Verde - dias 2 a 4, Guiné Equatorial - dias 4 a 5, Quênia - dia 6, Tanzânia - dias 6 e 7, Zâmbia - dias 7 e 8, África do Sul, dias 9 e 10
13. **08/11/2010** – Em visita oficial ao Moçambique

B. Levantamento de projetos de CTPD (catálogo ABC 2010) com dados 2011 da Freedom House:

PAIS ABC 2010	Em negociação	Em execução	Executado	TOTAL
ÁFRICA DO SUL Free	1	0	3	4
ANGOLA Not free	1	8	7	16
ARGÉLIA Not free	1	8	0	9
BENIM Free	5	1	0	6
BOTSUANA Free	3	1	1	5
BURKINA FASO Partly free	2	0	0	2
CABO VERDE Free	0	14	0	14
CAMEROUN Not free	0	4	0	4
CONGO Not free	3	2	0	5
CÔTE D'IVOIRE Not free	0	0	0	0
GABÃO Not free	2	0	0	2
GANÁ Free	2	4	2	8
GUINÉ-BISSAU Partly free	0	8	0	8
GUINÉ-EQUAT. Not free	2	0	1	3
LIBÉRIA Partly free	0	8	0	8
MALI Free	1	2	2	5
MARROCOS Partly free	6	1	0	7
MOÇAMBIQUE Partly free	16	16	0	32
NAMÍBIA Free	3	0	4	7
NIGÉRIA Partly free	0	2	0	2
QUÊNIA Partly free	1	2	2	5
SÃO TOME E PR. Free	6	17	0	23
SENEGAL Partly free	0	5	0	5
SERRA LEOA Partly free	3	0	0	3
TANZÂNIA Partly free	0	4	1	5
TOGO Partly free	2	1	0	3
TUNÍSIA Not free	1	0	0	1
UGANDA Partly free	0	0	1	1
ZÂMBIA Partly free	4	0	0	4
ZIMBÁBUE Not free	0	0	1	1
SOMA	65	108	25	198